

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA

## Termo de Referência 2/2026

### Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	158148-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA	RODRIGO MARQUES MACHADO	15/05/2026 17:08 (v 0.11)
Status	DISPONIBILIZADO		

### Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Obras comuns	119/2026	23243.007762/2024-65

### 1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**RODRIGO MARQUES MACHADO**

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 15/05/2026 às 17:08:52.

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Termo de Referencia.pdf (716.68 KB)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

## TERMO DE REFERÊNCIA

**PROCESSO SEI Nº 23243.007762/2024-65**

**DOCUMENTO SEI Nº 3019978**

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021  
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação  
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação  
Atualização: **DEZ/2025**

### MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

**OBRAS COMUNS DE ENGENHARIA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE  
RONDÔNIA - IFRO**

(Processo Administrativo SEI nº 23243.007762/2024-65)

### SUMÁRIO

[Condições Gerais da Contratação](#)

[Fundamentação e Descrição da Necessidade da Contratação](#)

[Descrição da Solução como um todo Considerado o Ciclo de Vida do Objeto e Especificação do Produto](#)

[Requisitos da Contratação](#)

[Modelo de Execução do Objeto](#)

[Modelo de Gestão do Contrato](#)

[Critérios De Medição E de Pagamento](#)

[Infrações e Sanções Administrativas](#)

[Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor e Forma de Fornecimento](#)

[Estimativas do Valor da Contratação](#)

[Adequação Orçamentária](#)

[Disposições Finais](#)

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa(s) especializada(s) para execução de obras de engenharia de construção de ginásio poliesportivo no campus Guajará-Mirim e campus Jaru do Instituto Federal de Rondônia, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Obra de Construção de Ginásio Poliesportivo (Guajará-Mirim) atendendo às exigências dos Projetos de Arquitetura e Engenharia e ainda as especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, dentre outras normas, legislação e práticas aplicáveis	5622	Und	01	R\$ 6.214.167,32	<b>R\$ 6.214.167,32</b>
2	Obra de Construção de Ginásio Poliesportivo (Jaru) atendendo às exigências dos Projetos de Arquitetura e Engenharia e ainda as especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, dentre outras normas, legislação e práticas aplicáveis	5622	Und	01	R\$ 6.379.032,76	<b>R\$ 6.379.032,76</b>

### Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como obra comum de engenharia; portanto, trata-se de uma contratação por escopo predefinido, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

### Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4. O serviço é enquadrado como não contínuos ou contratados por escopo.

### Prazo de vigência

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 400 dias, contados a partir da data da Emissão da Ordem de Serviço, distribuídos da seguinte forma: prazo de mobilização de 10 (dez) dias; prazo de execução do objeto de 300 (trezentos) dias; 30 (trinta) dias para Recebimento Provisório; e 60 (sessenta) dias para Recebimento Definitivo.

1.6. Os prazos de execução e vigência serão automaticamente prorrogados quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato e a não conclusão não decorrer de culpa do contratado, nos moldes do artigo 111, da Lei 14.133/2021.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8. O regime de execução será a empreitada por preço global.

1.9. Trata-se da construção de um Ginásio Poliesportivo, com quantitativo claramente definido, sendo a melhor solução a empreitada por preço global, para reformas e obras "acima da terra", conforme Acórdão 1977/2013 do TCU

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

- I - ID PCA no PNCP: 10817343000105-0-000001/2026;
- II - Data de publicação no PNCP: 31/10/2025;
- III - Id do item no PCA: 150 e 151;
- IV - Classe/Grupo: 542 - SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL;
- V - Identificador da Futura Contratação: 158148-119/2026

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DA OBRA

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Todos os serviços constantes das especificações e das planilhas orçamentárias englobam contratação de obra, com fornecimento de materiais e mão-de-obra, para construção do Ginásio Poliesportivo do campus do IFRO Campus Guajará - Mirim, localizado na avenida XV de Novembro, 4849, Bairro Planalto em Guajará- Mirim/Rondônia e IFRO Campus Jaru, localizado na Av. Vereador Otaviano Pereira Neto, 874 – Setor 2 – CEP: 76.890-000 – Jaru/RO

3.3. As normas, projetos de normas, especificações, métodos de ensaio e padrões, aprovados e recomendados pela ABNT, assim como toda legislação pertinente a obras civis e serviços de engenharia em vigor, em especial no tocante à segurança do trabalho e segurança contra incêndio, fazem parte integrante deste Termo de Referência, como se nele estivessem transcritas, bem como as normas internas do IFRO.

### 3.3.1. Campus Guajará-Mirim - Projeto Executivo:

- 3.3.2. Anexo I - 1 - GUAJARÁ-MIRIM - Topografia - Const. Ginásio (SEI nº 2682898);
- 3.3.3. Anexo I - 2 - GUAJARÁ-MIRIM - Sondagem - Constr. de Ginásio (SEI nº 2682865);
- 3.3.4. Anexo I - 3 - GUAJARÁ-MIRIM - Projeto Terraplanagem - Const. Ginásio (SEI nº 2682934);
- 3.3.5. Anexo I - 4 - GUAJARÁ-MIRIM - Memorial Descritivo Terraplanagem - Const. (SEI nº 2682934);
- 3.3.6. Anexo I - 5 - GUAJARÁ-MIRIM - Arquitetura único- Constr. Ginásio (SEI nº 2935187);
- 3.3.7. Anexo I - 6 - GUAJARÁ-MIRIM - Climatização - Constr. Ginásio (SEI nº 2697028);
- 3.3.8. Anexo I - 7 - GUAJARÁ-MIRIM - Drenagem - Const. Ginásio (SEI nº 3022919);

- 3.3.9. Anexo I - 8 - GUAJARÁ-MIRIM - Projeto Ins. Elétricas único - Constr. Giná (SEI nº 2683254);
- 3.3.10. Anexo I - 9 - GUAJARÁ-MIRIM - Memorial Ins. Elétricas - Constr. Ginásio (SEI nº 2697256);
- 3.3.11. Anexo I - 10 - GUAJARÁ-MIRIM - Estruturas Metálicas - Const. Ginásio (SEI nº 3022918);
- 3.3.12. Anexo I - 11 - GUAJARÁ-MIRIM - Projeto Concreto e Fundações - Constr. Gin (SEI nº 2682995);
- 3.3.13. Anexo I - 12 - GUAJARÁ-MIRIM - Memorial Calc. e Descritivo Concreto - Constr. Ginásio (SEI nº 2697173);
- 3.3.14. Anexo I - 13 - GUAJARÁ-MIRIM - Lógica - Const. Ginásio (SEI nº 2683227);
- 3.3.15. Anexo I - 14 - GUAJARÁ-MIRIM - Memorial Lógica - Const. Ginásio (SEI nº 2697233);
- 3.3.16. Anexo I - 15 - GUAJARÁ-MIRIM - Projeto Hidrossanitário - Const. do Ginásio (SEI nº 2697091);
- 3.3.17. Anexo I - 16 - GUAJARÁ-MIRIM - Incendio - Const. Ginásio (SEI nº 2683240);
- 3.3.18. Anexo I - 17 - GUAJARÁ-MIRIM -Resumo do Orçamento- Construção de Giná (SEI nº 2997444);
- 3.3.19. Anexo I - 18 - GUAJARÁ-MIRIM - Orçamento Sintetico - Construção (SEI nº 2997444);
- 3.3.20. Anexo I - 19 - GUAJARÁ-MIRIM - Orçamento Analítico - Construção (SEI nº 2997449);
- 3.3.21. Anexo I - 20 - GUAJARÁ-MIRIM - Composições Unitárias - Construção de (SEI nº 2997450);
- 3.3.22. Anexo I - 21 - GUAJARÁ-MIRIM - Cronograma - Construção de Ginásio (SEI nº 2997451);
- 3.3.23. Anexo I - 22 - GUAJARÁ-MIRIM - Curva ABC de Serviços - Construção de (SEI nº 2997452);
- 3.3.24. Anexo I - 23 - GUAJARÁ-MIRIM - Curva ABC de Insumos - Construção de (SEI nº 2997453);
- 3.3.25. Anexo I - 24 - GUAJARÁ-MIRIM - BDI (SEI nº 2997454);
- 3.3.26. Anexo I - 25 - GUAJARÁ-MIRIM - ART ORÇAMENTO (SEI nº 2937148);
- 3.3.27. Anexo I - 26 - GUAJARÁ-MIRIM - Orçamento Editavel - Construção de Ginásio (SEI nº 2997475);
- 3.3.28. Anexo I - 27 - GUAJARÁ-MIRIM - Eventograma de Pagamento/Etapas (SEI nº 3005714).
- 3.3.29. **Campus Jaru - Projeto executivo:**
- 3.3.30. Anexo II - 1 - JARU - Topografia - Const. Ginásio (SEI nº 3002921);
- 3.3.31. Anexo II - 2 - JARU - Sondagem - Constr. de Ginásio (SEI nº 3002922);
- 3.3.32. Anexo II - 3 - JARU - Projeto Terraplanagem - Const. Ginásio (SEI nº 3003031);
- 3.3.33. Anexo II - 4 - JARU - DMT - Constr. Ginásio (SEI nº 3003032);
- 3.3.34. Anexo II - 5 - JARU - Memorial Descritivo Terraplanagem - Const. (SEI nº 3003033);
- 3.3.35. Anexo II - 6 - JARU - Arquitetura 1de3 - Constr. Ginásio (SEI nº 3002928);

- 3.3.36. Anexo II - 7 - JARU - Arquitetura 2de3 - Constr. Ginásio (SEI nº 3002929);
- 3.3.37. Anexo II - 8 - JARU - Arquitetura 3de3 - Constr. Ginásio (SEI nº 3002934);
- 3.3.38. Anexo II - 9 - JARU - Climatização - Constr. Ginásio (SEI nº 3002935);
- 3.3.39. Anexo II - 10 - JARU - Drenagem - Const. Ginásio (SEI nº 3002942);
- 3.3.40. Anexo II - 11 - JARU - Projeto Ins. Elétricas 1de2 - Constr. Giná (SEI nº 3002949);
- 3.3.41. Anexo II - 12 - JARU - Projeto Ins. Elétricas 2de2 - Constr. Giná (SEI nº 3002950);
- 3.3.42. Anexo II - 13 - JARU - Memorial Ins. Elétricas - Constr. Ginásio (SEI nº 3002951);
- 3.3.43. Anexo II - 14 - JARU - Estruturas Metálicas - Const. Ginásio (SEI nº 3002954);
- 3.3.44. Anexo II - 15 - JARU - Projeto Concreto e Fundações - Constr. Gin (SEI nº 3002981);
- 3.3.45. Anexo II - 16 - JARU - Memorial Calc. Concreto - Constr. Ginasio (SEI nº 3002983);
- 3.3.46. Anexo II - 17 - JARU - Memorial Descritivo Concreto - Constr. Gin (SEI nº 3002984);
- 3.3.47. Anexo II - 18 - JARU - Lógica - Const. Ginásio (SEI nº 3003007);
- 3.3.48. Anexo II - 19 - JARU - Memorial Lógica - Const. Ginásio (SEI nº 3003008);
- 3.3.49. Anexo II - 20 - JARU - Projeto Hidrossanitário - Const. do Ginásio (SEI nº 3003022);
- 3.3.50. Anexo II - 21 - JARU - Incendio - Const. Ginasio (SEI nº 3003028);
- 3.3.51. Anexo II - 22 - JARU 01 - Resumo do Orçamento- Construção de Giná (SEI nº 3004391);
- 3.3.52. Anexo II - 23 - JARU - 02 - Orçamento Sintetico - Construcão de G (SEI nº 2998374);
- 3.3.53. Anexo II - 24 - JARU - 03 - Orçamento Analítico - Construcão de G (SEI nº 2998373);
- 3.3.54. Anexo II - 25 - JARU - 04 - Composições Unitárias - Construcão de (SEI nº 2998372);
- 3.3.55. Anexo II - 26 - JARU - 05 - Cronograma - Construcão de Ginasio (SEI nº 2998370);
- 3.3.56. Anexo II - 27 - JARU - 06 - Curva ABC de Serviços - Construcão de (SEI nº 2998369);
- 3.3.57. Anexo II - 28 - JARU - 07 - Curva ABC de Insumos - Construcão de (SEI nº 2998371);
- 3.3.58. Anexo II - 29 - JARU - 08 - BDI (SEI nº 2998704);
- 3.3.59. Anexo II - 30 - JARU - 09 - ART ORÇAMENTO (SEI nº 3004736);
- 3.3.60. Anexo II - 31 - JARU - Orçamento Editavel - Construção de Ginásio (SEI nº 2998380);
- 3.3.61. Anexo II - 32 - JARU - Eventograma de Pagamento/Etapas (SEI nº 3005716).
- 3.4. As peças dos projetos executivos dos Campi Jaru e Guajará-Mirim serão disponibilizadas integralmente durante a fase externa do certame.



## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos nas soluções de projeto da obra, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.2. A CONTRATADA deve(rá) priorizar a utilização de materiais reciclados, assegurando que, sempre que possível, pelo menos 30% do conteúdo dos produtos seja proveniente de fontes recicladas.

4.1.3. A CONTRATADA deve garantir que todos os equipamentos e sistemas de infraestrutura atendam a normas de eficiência energética, como o Selo Procel de Economia de Energia, reduzindo o consumo durante e após a obra

4.1.4. A CONTRATADA deve adotar práticas de minimização de resíduos e promover o uso de técnicas construtivas que reduzam o desperdício de materiais e otimizem a logística de transporte, visando a redução de emissões de carbono.

4.1.5. A CONTRATADA deve assegurar a separação adequada dos resíduos gerados durante a obra e a correta destinação dos mesmos, promovendo o reaproveitamento e reciclagem de materiais. 4.1.5. A CONTRATADA deve priorizar o uso de fontes de energia renovável, como energia solar, nas fases de construção e operação do ginásio, sempre que aplicável.

4.1.6. A CONTRATADA deve priorizar a contratação de mão de obra local, com ênfase na inclusão de grupos em situação de vulnerabilidade social, promovendo a responsabilidade social e o desenvolvimento regional. 4

4.1.7. A CONTRATADA deve assegurar o cumprimento de todas as normas de saúde, segurança e direitos trabalhistas durante a execução da obra, promovendo um ambiente de trabalho digno e seguro para todos os envolvidos.

4.1.8. A CONTRATADA deve apresentar relatórios periódicos que evidenciem a implementação das práticas sustentáveis adotadas e os resultados alcançados, possibilitando o acompanhamento e fiscalização pela Administração.

4.1.9. A CONTRATADA deve estabelecer indicadores de desempenho ambiental e social, a fim de monitorar a eficácia das ações sustentáveis adotadas durante a execução do projeto.

4.1.10. A CONTRATADA deve(rá) estimular a contratação de mão de obra local, preferencialmente de grupos em situação de vulnerabilidade social.

4.1.11. A CONTRATADA deve(rá) assegurar que todos os direitos trabalhistas e normas de segurança do trabalho sejam cumpridos, promovendo condições dignas e seguras para os trabalhadores.

4.1.12. A CONTRATADA deve(rá) estabelecer indicadores de desempenho que possibilitem avaliar a eficácia das ações de sustentabilidade durante a execução dos serviços. 4.1.13. Os critérios acima descritos visam garantir a conformidade com as diretrizes estabelecidas pela AGU e a promoção de uma execução contratual mais sustentável, gerando benefícios ambientais e sociais para a comunidade local e regional, bem como para a Administração Pública.

4.1.13. A CONTRATANTE providenciara as obtenções das licenças, autorizações e demais documentos ambientais necessários à execução da obra, incluindo, quando aplicável, a elaboração de estudos, projetos, taxas, emolumentos e atendimento às exigências dos órgãos ambientais

competentes, conforme a Lei Nº 2.576/2023 do Município de Guajará-Mirim e a [Lei 1.827/2013](#) (Código Ambiental) alterada pela [Lei 2.938/2021](#) e [Lei 3.259/2022](#) do Município de Jaru/RO.

### **Subcontratação**

4.2. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.2.1. A admissão da subcontratação parcial fundamenta-se no Art. 122 da Lei nº 14.133/2021 e nos princípios da especialização e eficiência administrativa. O objeto da presente licitação — a construção de dois ginásios poliesportivos de aproximadamente 1.200 m<sup>2</sup> cada — compreende etapas de naturezas distintas e alta especificidade técnica, notadamente a fabricação e montagem de cobertura metálica em arco e sistemas de instalações especiais. A justificativa para tal permissão repousa nos seguintes pontos: Aproveitamento de Especialidades: na indústria da construção civil, é prática comum e economicamente eficiente que a contratada principal subcontrate etapas específicas (como a estrutura metálica ou sistemas de impermeabilização) a empresas que detêm maquinário e pessoal especializado, garantindo uma execução tecnicamente mais satisfatória do que se realizada por equipe generalista. Ampliação da Competitividade: ao permitir a subcontratação de parcelas acessórias ou específicas, a Administração amplia o universo de licitantes, permitindo que empresas com sólida capacidade de gestão de obras civis participem do certame, ainda que não possuam em seus quadros permanentes todos os equipamentos de nicho necessários para itens específicos da planilha.

4.3. Limites e Responsabilidades:

4.3.1. As atividades que previamente estão autorizadas para subcontratação são:

4.3.1.1. Estrutura Metálica;

4.3.1.2. Estacas Hélice Contínua;

4.3.1.3. Execução de Piso industrial

4.4. Observação: Em caso de subcontratação, as empresas deverão comprovar ter experiência na execução dos serviços com quantidade igual ou superior à exigida em habilitação. Ressalta-se que a subcontratação não exime a contratada principal de sua responsabilidade integral pela qualidade, segurança e prazos da obra perante o IFRO, permanecendo esta como a única interlocutora e responsável jurídica perante a Administração Pública

4.5. Para qualquer parcela não prevista neste item, a subcontratação deve ser avaliada pela equipe de fiscalização

4.6. A subcontratação fica limitada a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato conforme art. 67, §9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.8. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente;

4.9. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.10. Somente será autorizada a subcontratação de empresas que expressamente aceitem o cumprimento das cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas, previstas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018. 4.3.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a

responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.11. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

### **Garantia da contratação**

4.12. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação

4.13. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.14. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.14.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.14.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.14.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.14.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.14.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.15. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.16. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.17. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.18. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

- 4.18.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.19. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.19.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - 4.19.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
  - 4.19.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
  - 4.19.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.20. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.
- 4.20.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.
- 4.21. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.22. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento.
- 4.23. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.24. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.25. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.25.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.25.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.26. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.26.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

- 4.26.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.27. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.27.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 4.27.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 4.27.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 4.28. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.29. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.30. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

### **Vistoria**

- 4.31. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h às 11h e das 14h às 17 horas, horário oficial de Rondônia, somente via e-mail: [dplad.guajara@ifro.edu.br](mailto:dplad.guajara@ifro.edu.br) e [ccl.guajara@ifro.edu.br](mailto:ccl.guajara@ifro.edu.br) ( Campus Guajará-Mirim) e [dplad.jaru@ifro.edu.br](mailto:dplad.jaru@ifro.edu.br) e [ccl.jaru@ifro.edu.br](mailto:ccl.jaru@ifro.edu.br) (campus Jarú)
- 4.32. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, devendo ser realizado o agendamento com antecedência de pelo menos 1 (um) dia.
- 4.33. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.34. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 4.35. É necessário efetuar o agendamento prévio por meio do e-mail [csg.guajara@ifro.edu.br](mailto:csg.guajara@ifro.edu.br) e [dplad.guajara@ifro.edu.br](mailto:dplad.guajara@ifro.edu.br) para o IFRO - Campus Guajará-Mirim e [dplad.jaru@ifro.edu.br](mailto:dplad.jaru@ifro.edu.br), [ccl.jaru@ifro.edu.br](mailto:ccl.jaru@ifro.edu.br) e [csg.jaru@ifro.edu.br](mailto:csg.jaru@ifro.edu.br) para o IFRO - Campus Jarú.
- 4.36. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser encaminhado arquivos digitais, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

4.37. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.38. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 5. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.1. Início da execução do objeto: até 10 dias da emissão da ordem de serviço;
- 5.1.2. Execução das etapas deve seguir rigorosamente a evolução conforme cronograma físico-financeiro;
- 5.1.3. Na execução dos trabalhos deverão ser observadas as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), legislações pertinentes à implantação das obras, tais como: definição de Áreas de Proteção de Mananciais, Planos de Ordenamento Territorial, Áreas de Proteção Ambiental ou qualquer outro dispositivo legal que afete a concepção e/ou implantação das obras, e em especial os relacionados a seguir:
- 5.1.4. Portaria Ministério da Saúde nº 2.914/2011 – Dispõe sobre procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade;
- 5.1.5. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1 de 19/01/2010 – Dispõe sobre a Avaliação de Impacto Ambiental;
- 5.1.6. Resolução CONAMA nº 307 de 05/07/2002 - Dispõe sobre os procedimentos e critérios em Obras ou serviços de engenharia que gerem resíduos;
- 5.1.7. Legislação e outros normativos correlatos aos serviços objeto desta contratação;
- 5.1.8. NBR 05410/08 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- 5.1.9. NBR 05419/15 - Proteção de Estruturas Contra Descarga Atmosféricas;
- 5.1.10. Normas da concessionária de Energia de Rondônia - ENERGISA; 5.11. NBR 05626/98 - Instalação Predial de Água Fria;
- 5.1.11. NBR 08160/99 - Sistemas Prediais de Esgoto Sanitário - Projeto e Execução;
- 5.1.12. NBR 06122/19 - Projeto e Execução de Fundações;
- 5.1.13. NBR 06118/14 - Projeto de Estrutura de Concreto;
- 5.1.14. NBR 09050/20 - Acessibilidade a Edificações, Mobiliário;
- 5.1.15. Normas do INMETRO - Abrangendo todos os materiais, equipamentos e serviços previstos em projetos;
- 5.1.16. Legislação estadual de proteção e combate a incêndio e pânico vigente;
- 5.1.17. Todos os documentos, literatura técnica, leis e normas da ABNT deverão ser disponibilizadas pela contratada, sem ônus para a contratante.
- 5.1.18. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- 5.1.19. A utilização do nome do Contratante para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com prévia e expressa autorização;
- 5.1.20. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Contratante, durante a vigência deste contrato.
- 5.1.21. A Relativamente ao disposto nos termos da contratação, aplica-se também, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº. 8.078 /1990.
- 5.1.22. Caberá à Comissão de Fiscalização supervisionar o fornecimento das mercadorias/prestação dos serviços, verificando se todas as obrigações foram cumpridas e atestar as faturas no que concerne à qualidade e a quantidade fornecida.
- 5.1.23. A execução dos serviços será iniciada, conforme necessidade do IFRO, mediante formalização, que será enviada à Contratada por correspondência eletrônica e/ou impressa.
- 5.1.24. O prazo para início da execução dos serviços será o definido em Ordem de Serviço, sendo respeitado o mínimo de 10 (dez) dias para que a Contratada possa fazer a mobilização de pessoal.
- 5.1.25. A Contratada poderá solicitar à fiscalização o início dos serviços de movimentação de terra e mobilização e montagem de canteiro durante o desenvolvimento dos projetos, devendo apresentar plano de trabalho e mobilização de meios. Ou seja, Antes do previsto em Cronograma, a fim de adiantar os serviços.
- 5.1.26. A Contratada deverá alocar mão de obra, equipamentos e demais recursos necessários à prestação dos serviços de acordo com as características de cada objeto e de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro.
- 5.1.27. A Contratada deverá executar efetivamente o objeto desta contratação, ou seja, assumir todas as providências necessárias para a execução dos serviços contratados, no prazo estipulado.
- 5.1.28. A prestação de serviços será efetuada nas dependências da Contratante, mediante agendamento de horário e local, se for o caso.
- 5.1.29. No momento da conclusão dos serviços ou etapa destes, o responsável pelo recebimento deverá verificar a sua conformidade quanto às quantidades e qualidade dos serviços contratados.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

- 5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:
- 5.2.1. Instituto Federal de Rondônia - Campus Guajará-Mirim. Av. 15 de Novembro, nº 4849, Bairro Planalto, CEP: 76.850-000, Guajará-Mirim -RO
- 5.2.2. Instituto Federal de Rondônia - Campus Jaru, Av. Vereador Otaviano Pereira Neto, 874 – Setor 2 – CEP: 76.890-000 – Jaru /RO
- 5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Os serviços serão prestados no horário de funcionamento do IFRO, das 07:00 às 23:00 de segunda-feira à sexta-feira, podendo ser flexibilizado, a depender da solicitação da contratada e autorização da contratante (IFRO)

### **Rotinas a serem cumpridas**

- 5.3.1. Conforme projeto executivos de engenharia.

## **Materiais a serem disponibilizados**

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.2. É vedado o emprego de materiais reconicionados ou de segunda mão, devendo a empresa sempre empregar no serviço materiais novos e originais, ou seja de primeiro uso, seguindo rigorosamente às especificações do fabricante, e principalmente, as contidas no presente Termo de Referência e anexos, sob pena de infração contratual sujeita à multa prevista em lei.

5.4.3. Os equipamentos constantes nos projetos e nas planilhas orçamentárias, tais como ar condicionado, elevador e etc, devem ser instalados exclusivamente por empresas e profissionais autorizados pelo fabricante.

5.4.4. Para fins de analogia dos materiais, será assim considerado: 5.3.2.1. Dois materiais são considerados completamente análogos ou equivalentes quando desempenham uma função construtiva idêntica e possuem as mesmas características requeridas na especificação ou no procedimento a que estão relacionados. Eles têm igual valor ou preço, sendo iguais em termos de força, intensidade ou quantidade.

5.4.5. Dois materiais são considerados parcialmente análogos ou similares quando desempenham a mesma função construtiva, porém não possuem todas as características exigidas na especificação ou no procedimento a que estão vinculados. Esses materiais são da mesma natureza e têm semelhanças, mas não são idênticos em todos os aspectos.

5.4.6. A CONTRATADA será responsável pela substituição de materiais, ferramentas, equipamentos e insumos que forem considerados inadequados pela Fiscalização da Universidade Federal do Tocantins, com todos os custos e riscos a seu encargo. No evento de contestação de qualquer item por parte da Fiscalização, a CONTRATADA deverá efetuar a substituição dentro de um prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas. Em situações excepcionais, a extensão desse prazo pode ser considerada mediante aprovação da Equipe de Fiscalização, e aprovada em ata.

5.4.7. No caso de não cumprimento do prazo de substituição estabelecido, a CONTRATADA estará sujeita a sanções conforme previsto nos termos contratuais, podendo incluir advertências, penalidades financeiras ou outras medidas a serem determinadas pela Universidade Federal do Tocantins de acordo com as cláusulas contratuais e a legislação pertinente.

5.4.8. Serão de responsabilidade integral da CONTRATADA, o transporte e o manuseio dos materiais utilizados na execução dos serviços, até a entrega e aceitação final (recebimento definitivo) por parte da Fiscalização

## **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. A demanda da CONTRATANTE foi dimensionada com base nas especificações técnicas e quantitativos detalhados nos Projetos de Engenharia, nas Planilhas Orçamentárias, Memorial Descritivo, Caderno de Especificações Técnicas, dentre outros, todos anexos ao instrumento convocatório. Esses documentos foram elaborados pela equipe técnica da Administração, observando os critérios de viabilidade técnica, econômica e sustentabilidade, conforme as melhores práticas de engenharia e construção civil, em estrita conformidade com as normas regulamentares aplicáveis;

5.5.2. As especificações técnicas contidas no Projetos englobam todas as etapas de execução da obra, contemplando os métodos construtivos, materiais, equipamentos e serviços necessários, devidamente compatibilizados com o cronograma físico-financeiro. A Planilha



Orçamentária, por sua vez, detalha os custos unitários e totais dos serviços e materiais, de acordo com os referenciais de mercado e com as diretrizes estabelecidas pelos sistemas oficiais de custos, como o SINAPI e o SICRO, garantindo a exequibilidade e a vantajosidade da contratação;

5.5.3. A proposta da CONTRATADA deverá atender integralmente às exigências estabelecidas nos Projetos de Engenharia e na Planilha Orçamentária, devendo considerar todas as condicionantes técnicas, operacionais e legais, incluindo aquelas relativas à segurança do trabalho, controle ambiental, eficiência energética e acessibilidade, conforme as normas vigentes, de modo a garantir a plena execução do objeto licitado dentro dos padrões de qualidade requeridos pela CONTRATANTE; e

5.5.4. A CONTRATADA deve ainda observar a necessidade de compatibilização da execução dos serviços com eventuais demandas específicas de logística e fornecimento de materiais, além de assegurar que os prazos previstos sejam rigorosamente cumpridos, em consonância com o cronograma estabelecido pela Administração.

### **Especificação da garantia do serviço**

5.6. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7. A CONTRATADA será responsável, pelo período de 5 (cinco) anos, pelos vícios de solidez (estabilidade) ou segurança dos trabalhos realizados, tanto em relação aos materiais utilizados quanto ao solo envolvido, conforme o Artigo 618 do Código Civil e ABNT NBR 17170/2022

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante todo o período integral da obra.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substituto .

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. A cada período apurado, de preferência mensalmente, será elaborado relatório fotográfico da obra, que deve compor a instrução processual para medição dos serviços;

6.16.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16.3. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19. *O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes,*

*caso necessário.*

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.21. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.21.1. Anexar todos os registros de conversação da fiscalização e CONTRATADA via e-mail no SEI.

6.21.2. Elaborar Relatório de Recebimento Provisório, que considerará o aceite dos serviços pela Fiscalização Técnica.

6.21.3. Recolherá assinaturas e comunicará ao Gestor do Contrato para dar prosseguimento dos trâmites processuais de medição e alterações contratuais.

6.21.4. Receber as comunicações via e-mail ou ofício, comunicar os demais fiscais e anexar documentos ao processo digital administrativo de fiscalização.

6.21.5. Receber e confirmar recebimento de documentos referentes às solicitações de medições, comunicar os demais fiscais e anexar os documentos ao processo digital administrativo de fiscalização.

6.21.6. Realizar recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo

6.22.

### **Gestor do Contrato**

6.23. *Cabe ao gestor do contrato:*

6.23.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.23.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.23.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.23.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.23.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.23.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.23.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.23.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.23.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.23.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Considerando que o regime de execução adotado para a presente contratação é o de empreitada por preço global, as medições e os pagamentos serão realizados por etapas concluídas da obra, em conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro e com o Eventograma de Pagamentos constantes nos documentos contratuais.

7.1.1. A sistemática de medição e pagamento será vinculada ao cumprimento dos marcos físicos previamente estabelecidos no eventograma de pagamentos, observando-se a efetiva execução das etapas construtivas e o atingimento das metas de resultado previstas para cada fase da obra, não sendo admitida remuneração baseada exclusivamente em quantidades unitárias isoladas de serviços executados.

7.1.2. Os pagamentos serão efetuados de forma proporcional às etapas efetivamente concluídas e aprovadas pela Fiscalização, observados os critérios de qualidade, desempenho, funcionalidade, conformidade técnica e atendimento às especificações constantes no Projeto Básico, projetos executivos, memorial descritivo, planilhas contratuais e demais documentos integrantes da contratação.

7.2. A Comissão de Fiscalização realizará as medições com base no Eventograma de Pagamentos e no Cronograma Físico-Financeiro da obra, considerando os marcos de execução previstos para cada etapa contratual.

7.2.1. A Contratada deverá formalizar a Solicitação de Medição mediante apresentação de:

- I - Memorial de Cálculo da medição;
- II - Planilha Prévia de Medição;
- III - Relatório Fotográfico atualizado da execução dos serviços;
- IV - demais documentos comprobatórios eventualmente exigidos pela Fiscalização.

7.2.2. A Comissão de Fiscalização terá o prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Solicitação de Medição, para análise, conferência e manifestação acerca dos serviços executados, podendo solicitar extensão de prazo, esclarecimentos, complementações ou correções necessárias à validação da medição.

7.2.3. Somente serão passíveis de medição e pagamento as etapas integralmente executadas, em conformidade com os documentos técnicos da contratação e devidamente aprovadas pela Fiscalização.

7.2.4. A evolução física da obra deverá observar desempenho compatível com o Cronograma Físico-Financeiro contratual, podendo a Fiscalização rejeitar medições referentes a etapas executadas em desconformidade técnica, com pendências executivas, vícios construtivos ou incompatibilidade com o planejamento aprovado.

7.2.5. Após a aprovação da medição pela Comissão de Fiscalização, a Contratada ficará autorizada a emitir a respectiva nota fiscal/fatura para fins de pagamento.

### **Do recebimento provisório**

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.3.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.3.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no eventograma de pagamentos, estiverem executados em sua totalidade, com evolução mínima acompanhando o Cronograma Físico-Financeiro.

7.3.1.2. O Contratado também deverá apresentar, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.4. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.9.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

- 7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

### **Do recebimento definitivo**

- 7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 dias dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 7.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 7.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.16.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.22.1. o prazo de validade;
- 7.22.2. a data da emissão;
- 7.22.3. os dados do contrato e do órgão Contratante;
- 7.22.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.22.5. o valor a pagar; e
- 7.22.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.24. A Nota fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.25.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 7.25.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.30.1. Considera-se finalização da liquidação da despesa, para fins de pagamento, a data em que a mesma foi apropriada no SIAFIWEB, sistema de pagamentos do Governo Federal.

7.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **INCC** de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.32. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reoneração Gradual da Folha de Pagamento**

7.36. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.37. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.38. A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

7.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais [elaboradas com base no SINAPI/SICRO do mês junho do ano de 2025 (publicado em 11 de julho de 2025 - [https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria\\_639](https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria_639)).



- 7.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INCC (Índice Nacional de Custo da Construção) INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a (Índice Nacional de Custo da Construção) ocorrência da anualidade
- 7.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.43. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.44. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Cessão de crédito**

- 7.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 7.47.1. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.47.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).
- 7.47.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 7.47.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto Contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 7.48. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 8.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

8.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, conforme quadro 1, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)), dosimetria nos termos da tabela abaixo:

8.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, conforme quadro 1, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**Quadro 1**

Alínea	Infração	Penalidade	Prazo
b	Quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, quando não se justificar a imposição de penalidades mais grave	Impedimento de licitar e contratar com a União	1 (um) ano
c	Quando o contratado der causa à inexecução total do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	Impedimento de licitar e contratar com a União	18 (dezoito) meses
d	Quando o licitante ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	Impedimento de licitar e contratar com a União	6 (seis) meses
e	Quando o contratado apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar	4 (quatro) anos
f	Quando o contratado praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar	4 (quatro) anos
g	Quando o contratado comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar	4 (quatro) anos
h	Quando o contratado praticar ato lesivo previsto no art 5º da Lei nº 12846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar	4 (quatro) anos

8.2.4. **Multa:**

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**;

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem, de **0,5% a 30%** do valor do Contrato.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem, de **0,5% a 30%** do valor do Contrato.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b” do subitem, de **0,5% a 30%** do valor do Contrato.

8.2.4.6. Compensatória, para as infrações descritas na alínea “d” do subitem, de **0,5% a 30%** do valor do Contrato.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” do subitem, de **0,5% a 30%** do valor da contratação.

8.3. **Procedimento:** Verificada a infração, o gestor ou fiscal deverá notificar a empresa (preferencialmente por meio eletrônico) descrevendo os fatos. É assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, com prazo mínimo de **15 (quinze) dias úteis**

## 8.4. Penalidades

8.4.1. A inadimplência sem justificativa aceita implicará na aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/21. Na hipótese de infração, o contratante poderá aplicar multa de **0,50% a 2,00%**, conforme as tabelas abaixo:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,50%
2	1,00%
3	1,50%
4	2,00%

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA	SOBRE O VALOR TOTAL DO(A)
1	Não registrar ART ou RRT antes do início da atividade técnica	1	Por dia	Contrato
2	Atraso no início da execução da obra	2	Por dia	Contrato
3	Permitir situação com risco de dano físico, lesão ou morte	4	Por ocorrência	Medição
4	Suspender ou interromper os serviços sem força maior	2	Por dia	Saldo Remanescente
5	Manter empregado sem qualificação para os serviços	3	Por empregado/dia	Medição
6	Executar serviços fora das especificações sem autorização	3	Por ocorrência	Medição

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA	SOBRE O VALOR TOTAL DO(A)
7	Não manter o diário de obra atualizado	2	Por dia	Medição
8	Permitir presença de empregado desuniformizado	1	Por ocorrência	Medição
9	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização	3	Por ocorrência	Medição
10	Deixar de fornecer materiais em quantidades adequadas	3	Por ocorrência	Medição
11	Deixar de registrar assiduidade e pontualidade do pessoal	1	Por empregado	Medição
12	Deixar de pagar salários, vales-transporte ou alimentação	3	Por empregado	Medição
13	Deixar de substituir equipamentos/materiais de baixa qualidade	4	Por ocorrência	Medição
14	Deixar de fornecer ou exigir o uso de EPIs	3	Por empregado	Medição
15	Executar serviço com empregado sem EPI	2	Por empregado	Medição
16	Empregado sem capacitação, habilitação ou ASO vigente	4	Por empregado	Medição
17	Deixar de orientar postura/compostura dos empregados	3	Por empregado	Medição
18	Permitir divulgação de assuntos institucionais por empregados	4	Por ocorrência	Medição
19	Atraso na entrega da obra no tempo previsto	3	Por dia	Saldo Remanescente
20	Deixar de apresentar, renovar ou complementar a garantia	3	Por ocorrência	Contrato
21	Dar causa a aditivos previsíveis no momento da visita técnica	4	Por ocorrência	Valor do Aditivo
22	Atraso no Cronograma	4	Por ocorrência	Medição acumulada

#### 8.5. Regras Gerais de Aplicação:

8.5.1. **Limites:** As multas moratórias não excederão **20%** do valor do contrato. As multas contratuais também são limitadas a **20%** e podem ser aplicadas de forma autônoma.

8.5.2. **Inexecução Total:** Sujeita a contratada a multa compensatória de **10% (dez por cento)** do valor global, além da perda de garantias.

8.5.3. **Cumulatividade:** As multas moratórias e compensatórias são independentes e podem ser aplicadas conjuntamente.

8.6. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.7. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.8. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.10. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.11.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.11.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.12. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.13. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.15. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.15.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

8.17. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

8.18. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

8.18.1. **der causa à inexecução parcial do contrato:**

- a) deixar de executar parcela do objeto;
- b) executar o objeto de modo defeituoso, ainda que com aproveitamento para a Administração Pública; ou

c) deixar de cumprir obrigação acessória prevista no contrato.

8.18.2. **der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;**

a) em especial quando incorrer na conduta prevista no alínea a, quando dela resultar dano relevante para a Administração;

8.18.3. **der causa à inexecução total do contrato:**

a) deixar de dar início à execução do objeto nos prazos previstos no contrato;

b) executar o objeto de modo defeituoso, quando não se verificar possibilidade de proveito para a Administração Pública; ou

c) paralisar definitivamente a execução do objeto, quando a parcela executada não puder ser aproveitada pela Administração Pública;

8.18.4. **ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado, em especial quando:**

a) atrasar a assinatura do contrato;

b) atrasar a celebração da da ata de registro de preços; ou

c) descumprir prazos ou cronograma previamente estabelecidos no instrumento convocatório ou no contrato;

8.18.5. **apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato, em especial quando:**

a) participar de certame com impedimento de licitar e contratar;

b) participar de certame com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar; ou

c) usufruir de tratamento diferenciado e favorecido dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, margem de preferência ou outro benefício destinado a grupo específico;

8.18.6. **praticar ato fraudulento na execução do contrato;**

8.18.7. **comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:**

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

8.19. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.20. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.21. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.22. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

- 8.23. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.24. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.24.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 8.24.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.24.3. **Por comprovadamente enviadas entenda-se comunicações que não retornaram com mensagem de erro do servidor.**
- 8.24.4. **A empresa deverá incluir o domínio @ifro.edu.br na sua lista de e-mail confiáveis como forma de evitar que as comunicações sejam consideradas SPAM ou Lixo Eletrônico.**
- 8.25. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

#### **Das circunstâncias agravantes**

- 8.25.1. As sanções previstas no Quadro 1 serão agravadas em 10% (dez por cento) nos respectivos prazos, para cada circunstância agravante, **até os limites de 3 (três) anos para a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União e de 6 (seis) anos para a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
- 8.25.1.1. São circunstâncias agravantes:
- I - comprovação de conduta dolosa;
  - II - existência de fato, documento ou circunstância particular que agrave a penalidade; ou
  - III - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade aplicada à empresa nos últimos 12 (doze) meses.
- 8.25.1.2. Também são consideradas circunstâncias agravantes:
- I - quando o impacto da conduta do licitante ou do contratado atingir mais de 30% dos itens da licitação ou contrato;
  - II - quando o licitante ou o contratado, deliberadamente, não responder às notificações destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;
  - III - quando a conduta contribuir para o fracasso do item ou do grupo da licitação ou para a extinção do contrato;

IV - quando a conduta concorrer para atraso, na licitação ou na execução do contrato, superior a 30 (trinta) dias; ou

V - quando a empresa não possuir programa de integridade implementado, a ser avaliado nos termos do Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

a) Quando a ação ou omissão do licitante ou do contratado ensejar o enquadramento da conduta em infrações distintas, prevalecerá aquela que comina a sanção mais grave.

8.25.1.3. Não se aplica a regra prevista no caput se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

8.25.1.4. O disposto nesse item não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa cumulativamente à sanção mais grave.

### **Das circunstâncias atenuantes**

8.25.2. Nas hipóteses previstas nas alíneas "c" a "h", do Quadro 1, a sanção-base será reduzida em 5% (cinco por cento), para cada circunstância atenuante, até o limite mínimo de um mês para a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União e de 3 (três) anos para a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.25.2.1. São circunstâncias atenuantes:

I - inexistência de registro de penalidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), exceto advertência, aplicada à empresa nos últimos 12 (doze) meses;

II - reconhecimento da importância da preservação da empresa e de sua relevante função social; ou

III - a manutenção do emprego dos trabalhadores do contratado.

8.25.2.2. São também circunstâncias atenuantes:

I - quando o impacto da conduta do licitante ou do contratado atingir 30% (trinta por cento) ou menos dos itens da licitação ou contrato;

II - quando a empresa colaborar para resolução ou mitigação do problema, apresentar justificativas, ou ainda, responder às comunicações realizadas pela administração;

III - quando a conduta concorrer para atraso, na licitação ou execução do contrato, em até 30 (trinta) dias; ou

IV - quando a empresa possuir programa de integridade implementado, a ser avaliado nos termos do Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

8.26. A dosimetria do impedimento de licitar, declaração de inidoneidade e percentuais das circunstâncias agravantes e atenuantes foram baseados na [Portaria MGI-SEGES-Central nº 6.846, de 18 de agosto de 2025](#).

8.27. Para fins de memória de cálculo da dosimetria, quando da aplicação das situações agravantes e atenuantes, a fórmula será SB (sanção base) + AG (agravantes) - AT (atenuantes).

8.28. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.29. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à



pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.30. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.30.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.31. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

8.32. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

## 9. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO.

### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do contrato será a EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

### **Critério de aceitabilidade dos preços**

9.3. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

9.3.2. valor global: conforme valor estimado da contratação;

9.3.3. custos unitários relevantes: valores de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato (Art. 13, I, parágrafo único, do Decreto nº 7.983, de 2013)

9.3.4. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021) e aceitabilidade dos preços unitários;

9.3.5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do valor da proposta, utilizando 2 (duas) casas decimais para evitar correções futuras na PROPOSTA DE PREÇOS;

9.3.6. O licitante deverá enviar a planilha modelo devidamente preenchida com o desconto aplicado linearmente

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

9.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.13. **Consórcio de empresas:** contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

- 9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando
- 9.25.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 9.25.2.

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 9.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

- 9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.29. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 9.31. **Qualificação Técnica**
- 9.32. Apresentação do Atestado de Vistoria do local ou Declaração de Abstenção de Vistoria, conforme o caso e modelos disponíveis no Anexo , tendo a finalidade de demonstrar que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 9.33. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.34. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em plena validade.
- 9.35. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 9.36. No caso de a empresa licitante e/ou de seu(s) responsável(is) técnico(s) não serem registrados ou inscritos no CREA ou CAU do Estado de Rondônia, deverão ser providenciados os respectivos vistos destes órgãos regionais por ocasião da assinatura do contrato.
- 9.37. Apresentação, em declaração própria (conforme Anexo I), dos profissionais devidamente registrados no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.
- 9.38. A equipe técnica deverá dispor no mínimo de:
- 9.38.1. Engenheiro civil/mecânico ou Arquiteto, o qual ficará a cargo da execução da obra como preposto da contratada;
- 9.38.2. Deverá constar na declaração, além do nome do profissional, a sua qualificação (**graduação, e se houver, especialização, mestrado e doutorado**) e o número do seu registro no conselho de classe.
- 9.38.3. Os profissionais indicados na forma supra deverão participar da obra objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

- 9.39. Comprovação de aptidão para o fornecimento de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.39.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.39.1.1. ● Execução de Estrutura Metálicas para cobertura - 22,71% do objeto;

9.39.1.2. ● Execução de Piso industrial de concreto - 4,36% do objeto;

9.39.1.3. ● Telhamento com telha metálica - 5,52% do objeto;

9.39.1.4. Será exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

9.39.1.5. ● Execução de Estruturas Metálicas para cobertura - 12.860,40 kg;

9.39.1.6. ● Execução de piso industrial de concreto - 509,21 m<sup>2</sup>;

9.39.1.7. ● Telhamento com telha metálica - 1.343,60 m<sup>2</sup>; 8.32.3. O §9º do art. 67 da Lei n. 14.133, de 2021, expressamente admite a possibilidade de que a qualificação técnica do licitante, para aspectos técnicos específicos, seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado.

9.39.1.8. Os atestados deverão, no mínimo: conter a descrição dos serviços executados; atestar a execução total do objeto do contrato; ser firmado por representante legal do contratante; indicar data de emissão e; o documento de responsabilidade técnica expedido em razão das obras ou serviços executados (ART/RRT).

9.39.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.39.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.39.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos.

9.39.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.40. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.41. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.42. Apresentação do(s) profissionais(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.42.1. Para o cargo de Engenheiro civil/mecânico ou Arquiteto: serviços de responsável técnico de obras de engenharia civil:

9.42.2. Apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome dos responsáveis técnicos, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução de obras de edificações comerciais ou institucionais.

9.42.3. SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa apresentada no TJTR (SEI nº 2980414):

9.42.4. Os quantitativos mínimos a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, por cada profissional, estão abaixo elencados: Para o cargo de Engenheiro civil/mecânico ou Arquiteto: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados, para os serviços de:

9.42.4.1. ● Execução de Estruturas Metálicas para cobertura - 12.860,40 kg;

9.43. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.44. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.45. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

#### Disposições gerais sobre habilitação

9.46. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.47. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.48. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.49. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.50. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a:

10.1.1. Item 1: **R\$ 6.214.167,32 (seis milhões, duzentos e quatorze mil cento e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos);**

10.1.2. Item 2: **R\$ 6.379.032,76 (seis milhões, trezentos e setenta e nove mil trinta e dois reais e setenta e seis centavos);**

10.1.3. **Total: R\$ 12.593.200,08 (doze milhões, quinhentos e noventa e três mil e duzentos reais e oito centavos);**

11. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.3. I) Gestão/unidade: [26421/158148];

11.4. II) Fonte de recursos: [15RG - 1000000000];

11.5. III) Programa de trabalho: [231730];

11.6. IV) Elemento de despesa: 4.4.90.51; e

11.7. V) Plano interno: [L20RGP40INN];

11.8. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento

11.9.

11.10. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. **DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. Para fins de cálculo que envolva índice de correção ou atualização, será utilizada a calculadora disponibilizada pelo Banco Central, para os índices nela contemplados.

12.2. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. **ANEXOS**

13.1. Mapa de Riscos (SEI nº 3022129)

13.2. Estudo Técnico Preliminar (SEI nº 2981521)

13.3. Termo de Justificativas Técnicas Relevantes (SEI nº 2980414)

Guajará-Mirim, na data da assinatura.

**Comissão de Contratação**



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Marques Machado, Membro da Equipe de Planejamento de Contratação**, em 15/05/2026, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ismaelson Costa de Moura, Membro da Equipe de Planejamento de Contratação**, em 15/05/2026, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3019978** e o código CRC **16EBEDB6**.



## INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA

**Estudo Técnico Preliminar 75/2024****1. Informações Básicas**

Número do processo: 23243.007762/2024-65

**2. Base normativa do ETP**

2.1 O presente documento apresentará os estudos técnicos preliminares para a elaboração do termo de referência frente a necessidade da Contratação de empresa especializada para execução do Serviço de Construção de Ginásio Poliesportivo. O documento será elaborado pela Equipe de Planejamento da contratação designada pela Portaria 156/2024 (SEI nº 2318246).

2.2. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) elaborar-se-á em consonância com a Instrução Normativa nº 58/2022 - SEGES Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital. , somado aos requisitos técnicos imprescindíveis para o cumprimento da necessidade da administração.

2.3. A observância dos preceitos administrativos serão respeitados, adjuntos aos normativos vigentes à data da elaboração, em especial às normas a saber:

2.4. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967: Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;

2.5. Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

2.6. Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

2.7. Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013: Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.

2.8. Instrução Normativa nº 06, de 6 de julho de 2018: Dispõe sobre cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas quando da execução indireta de obras públicas, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

2.9. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018: Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

2.10. Instrução Normativa SEGES/ME nº 938, de 02 de Fevereiro de 2022 que Estabelece regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

2.11 Instrução Normativa SEGES/ME nº 72, de 12 de Agosto de 2021 que Institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.10. Decreto nº 10.947/2022 do plano de contratações anual e PGC .

2.11. Demais normas pertinentes à execução do objeto.

2.12. Unidade demandante da obra: IFRO Campus Guajará-Mirim e Campus Jaru

**3. Descrição da necessidade**

3.1. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, criado pela Lei nº 11.872/2008, tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação profissional tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem

como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

3.2. Hoje, o IFRO possui 11 unidades, sendo 10 Campi e a Reitoria, além de polos de Educação em todos os municípios do Estado de Rondônia. Dessas 11 unidades, 3 delas ainda estão totalmente em fase de implantação, sendo o Campus Guajará-Mirim, o Campus Jaru e o Campus Avançado São Miguel do Guaporé. Além dessas 3 unidades em implantação, as outras 8 unidades, embora já implantadas, possuem inúmeras demandas de expansão, reforma e manutenção de sua infraestrutura, quer seja pelo aumento no número de alunos e servidores, implantação de novos cursos e/ou desgaste natural das estruturas decorrente do tempo e do uso.

3.3. Os *Campi* Guajará-Mirim e Jaru, conscientes da sua missão de promover a educação integral e o bem-estar de seus alunos, reconhecem a importância de proporcionar um ambiente que favoreça o desenvolvimento físico, social e mental dos mesmos. Neste contexto, a construção de uma quadra poliesportiva em cada campus se apresenta como uma necessidade premente, alinhada aos objetivos educacionais e comunitários da instituição.

3.4. A prática regular de atividades físicas é fundamental para a formação de hábitos saudáveis, contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes e da comunidade local. Além disso, o esporte atua como uma ferramenta poderosa de integração social, promovendo valores como disciplina, respeito, cooperação e espírito de equipe. Uma quadra poliesportiva bem equipada e adequada às normas oficiais permitirá a realização de diversas modalidades esportivas, como futebol, basquetebol, voleibol e handebol, atendendo às necessidades de um público diversificado.

3.5. A proposta para a construção destes ginásios poliesportivos visa, portanto, atender à demanda por espaços adequados para a prática esportiva, fomentar a cultura do esporte e fortalecer a infraestrutura do campus Jaru e Guajará-Mirim. Com isso, esperamos proporcionar um ambiente mais saudável, dinâmico e inclusivo, que contribua para o pleno desenvolvimento dos nossos alunos e da comunidade.

3.6. Esta demanda pela construção dos ginásios nos campi é justificada pela necessidade de oferecer um ambiente adequado para a prática de esportes, promover a saúde e bem-estar, fomentar a integração social, desenvolver talentos esportivos, valorizar a infraestrutura do campus e apoiar as atividades acadêmicas. A concretização deste projeto trará benefícios significativos e duradouros para toda a comunidade acadêmica e local.

## 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Direção-Geral do Campus Guajará-Mirim	Elaine Oliveira Costa de Carvalho
Direção-Geral do Campus Jaru	Michael Marcal dos Reis

## 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. A contratação pretendida deverá atender aos requisitos técnicos, funcionais, normativos e operacionais necessários à adequada execução das obras de construção de ginásios poliesportivos nos campi Jaru e Guajará-Mirim do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

5.2. Os requisitos estabelecidos a seguir visam garantir que a solução adotada atenda às necessidades institucionais, observando padrões de qualidade, segurança, eficiência e economicidade.

### 5.2.1. Requisitos funcionais

5.2.1.1. A solução deverá contemplar infraestrutura adequada para realização de atividades esportivas, acadêmicas e institucionais.

5.2.1.2. Os ginásios deverão possuir, no mínimo:

- quadra poliesportiva oficial
- arquibancadas para espectadores
- áreas de circulação
- instalações sanitárias
- iluminação adequada para atividades esportivas
- cobertura integral da quadra

5.2.1.3. A infraestrutura deverá permitir a realização de:

- aulas de educação física
- eventos esportivos institucionais
- competições intercampi
- eventos acadêmicos e comunitários.

## 5.2.2. Requisitos técnicos de engenharia

5.2.2.1. A edificação deverá atender às especificações técnicas definidas nos projetos executivos de engenharia e arquitetura elaborados pela instituição.

5.2.2.2. A solução construtiva adotada contempla:

- estrutura composta por pilares em concreto armado
- cobertura metálica em arco
- fundações dimensionadas conforme sondagem geotécnica
- instalações elétricas, hidrossanitárias e de drenagem compatíveis com o porte da edificação.

5.2.2.3. Os materiais e sistemas construtivos utilizados deverão apresentar desempenho compatível com a vida útil esperada da edificação e com as condições climáticas da região.

## 5.2.3. Requisitos normativos e legais

5.2.3.1. A execução da obra deverá observar a legislação vigente aplicável às obras públicas e às edificações institucionais, incluindo:

- Lei nº 14.133/2021
- Decreto nº 7.983/2013
- normas técnicas da ABNT
- normas de segurança do trabalho
- normas de acessibilidade (ABNT NBR 9050)
- normas de prevenção e combate a incêndio.

## 5.2.4. Requisitos de sustentabilidade

5.2.4.1. A solução deverá observar princípios de sustentabilidade na execução da obra, incluindo:

- adequada gestão de resíduos da construção civil
- utilização racional de recursos naturais
- destinação ambientalmente adequada de resíduos
- adoção de práticas que minimizem impactos ambientais.

## 5.2.5. Requisitos de execução e gestão da obra

5.2.5.1. A execução da obra deverá observar planejamento adequado, incluindo:

- cronograma físico-financeiro compatível com o prazo contratual
- acompanhamento técnico pela fiscalização da instituição
- controle de qualidade dos serviços executados
- cumprimento das normas de segurança do trabalho.

## 5.2.6. Requisitos de desempenho e qualidade

5.2.6.1. A solução deverá assegurar:

- durabilidade da edificação
- segurança estrutural
- conforto térmico e funcional
- adequada iluminação e ventilação
- facilidade de manutenção.

## 6. Fundamentação Legal

6.1. Em cumprimento ao princípio da legalidade, buscou-se nortear os atos administrativos necessários para a contratação da presente demanda nos moldes da legislação vigente, em especial, diante das normas referentes à natureza do objeto, a seguir:

6.2. Lei n.º 14.133/2021: Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

6.3. Lei Complementar 123/06: Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

6.4. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

6.5. Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências. 6.6. Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, da Secretária de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

6.7. Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

6.7.1. Optou-se por seguir as diretrizes gerais apontadas pela Instrução Normativa 58/2022 SG /MPDG, visando a elaboração do Estudo Preliminar para verificar a viabilidade da contratação de empresa de engenharia para execução da obra em comento.

6.7.2. Notadamente no que descreve os artigos referentes aos procedimentos e planejamento da contratação, in verbis:

Art. 6º . O ETP deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.

Art. 7º O ETP deverá estar alinhado com o Plano de Contratações Anual e com o Plano Diretor de Logística Sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração.

Art. 8º O ETP será elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação, observado o § 1º do art. 3º

6.7.3. Em relação ao conteúdo deste ETP:

Art. 9º Com base no Plano de Contratações Anual, deverão ser registrados no Sistema ETP Digital os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho;

III - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:

IV - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

V - estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - justificativas para o parcelamento ou não da solução;

VIII - contratações correlatas e/ou interdependentes;

IX - demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com o instrumentos de planejamento do órgão ou entidade;

X - demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

XI - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; e

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

6.8. Instrução Normativa SEGES/ME nº 938, de 02 de Fevereiro de 2022 que Estabelece regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

6.9. Instrução Normativa SEGES/ME nº 72, de 12 de Agosto de 2021 que Institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.10. Decreto nº 10.947/2022 do plano de contratações anual e PGC .

## 7. Levantamento de Mercado

7.1. A seguir, foi criado um quadro com as soluções gerais e suas análises de vantagens e desvantagens para o caso concreto.

### Execução por administração direta

Essa alternativa consiste na execução da obra diretamente pela própria administração pública, utilizando equipe técnica e mão de obra própria da instituição.

#### Vantagens

- maior controle direto sobre a execução dos serviços
- possibilidade de gestão direta de materiais e cronograma

#### Desvantagens

- inexistência de equipe operacional própria para execução de obras desse porte
- necessidade de aquisição de equipamentos e contratação de mão de obra temporária
- maior complexidade administrativa
- aumento do risco de atraso na execução

#### Conclusão

Considerando que o IFRO não dispõe de estrutura operacional permanente para execução direta de obras de engenharia dessa natureza, a alternativa de administração direta mostra-se **inviável do ponto de vista técnico e operacional**.

### Execução por empreitada (modelo tradicional)

A empreitada consiste na contratação de empresa especializada para execução da obra com base em projetos previamente elaborados pela administração.

Esse modelo é amplamente utilizado em obras públicas e encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021.

### Vantagens

- modelo consolidado na administração pública
- maior previsibilidade de custos
- maior controle técnico por meio da fiscalização da obra
- adequada quando os projetos executivos já estão concluídos

### Desvantagens

- necessidade de elaboração prévia de projetos completos
- eventuais ajustes podem gerar aditivos contratuais

### Conclusão

Considerando que o IFRO já dispõe de projetos executivos para os ginásios, a contratação por empreitada mostra-se **uma solução adequada e compatível com a maturidade do projeto.**

### Contratação integrada

A contratação integrada consiste na contratação de empresa responsável pela elaboração dos projetos e execução da obra.

Esse modelo é previsto na Lei nº 14.133/2021 para situações específicas.

### Vantagens

- transferência de parte dos riscos ao contratado
- redução do tempo entre projeto e execução

### Desvantagens

- menor controle da administração sobre o projeto
- necessidade de anteprojeto robusto
- maior complexidade contratual
- maior risco de divergências na fase de execução

### Conclusão

Como a instituição já possui projetos executivos elaborados, a contratação integrada **não apresenta vantagens relevantes para o caso em análise.**

### Contratação semi-integrada

Nesse modelo, a administração fornece projeto básico e o contratado desenvolve o projeto executivo.

### Vantagens

- maior flexibilidade para ajustes técnicos
- possibilidade de inovação por parte do contratado

### Desvantagens

- maior complexidade de gestão contratual
- necessidade de acompanhamento técnico mais intensivo

### Conclusão

Considerando que os projetos executivos já se encontram elaborados, a contratação semi-integrada **não se mostra necessária nem vantajosa**.

### Construção modular ou pré-fabricada

A construção modular consiste na utilização de sistemas construtivos industrializados ou pré-fabricados.

#### Vantagens

- potencial redução do prazo de execução
- menor geração de resíduos

#### Desvantagens

- limitações arquitetônicas
- menor flexibilidade de adaptação ao terreno
- necessidade de fornecedores especializados

### Conclusão

Para edificações esportivas com grandes vãos livres e características específicas como ginásios poliesportivos, a solução modular **não apresenta vantagens técnicas significativas em relação às soluções estruturais convencionais**.

### Utilização de projeto padrão FNDE/MEC

Outra alternativa analisada foi a utilização de projetos padronizados desenvolvidos pelo FNDE ou por outras instituições da Rede Federal.

#### Vantagens

- redução de custos de projeto
- padronização arquitetônica

#### Desvantagens

- eventual incompatibilidade com características do terreno
- necessidade de adaptações técnicas

### Conclusão

Embora a utilização de projetos padrão possa trazer benefícios em determinadas situações, o IFRO já possui projeto próprio desenvolvido para atender às necessidades específicas da instituição, tornando essa alternativa **menos adequada ao caso em análise**.

### Contratação por lotes (um contrato por campus)

Essa alternativa consiste na realização de licitações separadas para cada campus.

#### Vantagens

- possibilidade de maior participação de empresas de menor porte
- menor complexidade contratual

#### Desvantagens

- duplicação de processos licitatórios

- aumento de custos administrativos
- perda de economia de escala

#### Conclusão

Embora tecnicamente possível, a contratação separada por campus não apresenta vantagens significativas frente à contratação conjunta.

#### Contratação conjunta dos dois campi

A contratação conjunta contempla a execução das duas obras em um único processo licitatório.

#### Vantagens

- maior eficiência administrativa em planejamento e contratação.
- possibilidade de aperfeiçoamento da contratação com mais profissionais (dos dois campi) analisando os documentos
- simplificação da gestão

#### Desvantagens

- não foram identificadas

#### Conclusão

Considerando a padronização arquitetônica dos projetos e a similaridade das soluções construtivas, a contratação conjunta apresenta **vantagens técnicas e administrativas relevantes**, sendo considerada a solução mais adequada.

## 7.2. Conclusão do Levantamento de Mercado

Após análise das alternativas disponíveis, conclui-se que a solução mais adequada para atendimento da necessidade institucional consiste na:

**A solução escolhida consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) para execução das obras por meio de empreitada, com projetos executivos previamente elaborados pela administração, estruturando-se a licitação em dois itens independentes.**

Essa solução apresenta melhor equilíbrio entre:

- viabilidade técnica
- eficiência administrativa
- controle da execução
- economicidade da contratação.

## 8. Descrição da solução como um todo

### 8.1 Configuração geral da solução

A solução proposta consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) para execução de obras de engenharia destinadas à construção de ginásios poliesportivos cobertos nos campi Guajará-Mirim e Jaru do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, conforme projetos de arquitetura e engenharia previamente elaborados pela instituição.

Cada edificação terá área aproximada de 2.000 m², dimensionada para atender às necessidades acadêmicas e institucionais dos campi, contemplando espaços destinados à prática esportiva, apoio administrativo e atendimento aos usuários.



A configuração geral da solução contempla a implantação de ginásio poliesportivo fechado, com proteção lateral contra incidência solar direta e intempéries, garantindo melhores condições de uso ao longo de todo o dia e maior conforto térmico para os usuários.

A edificação será composta por:

- **quadra poliesportiva oficial com dimensões de 20 x 40 metros**, conforme solicitação da área de Educação Física da instituição;
- **arquibancadas laterais com capacidade aproximada para 500 espectadores**, distribuídas em dois conjuntos com cerca de 250 lugares cada;
- **áreas de apoio administrativo e de avaliação física**;
- **academia para atividades de treinamento e preparação física**;
- **vestiários coletivos e acessíveis**;
- **banheiros coletivos e acessíveis ao público**;
- **depósito para materiais esportivos e equipamentos**;
- **áreas de circulação e corredores de acesso**.

A área da quadra será protegida por **grades laterais de segurança**, de forma a permitir visibilidade e ventilação natural, proteção de impactos de bolas, além de garantir a integridade dos usuários durante atividades esportivas.

A solução arquitetônica também contempla **proteção lateral contra incidência solar nos quatro lados da edificação**, fator particularmente relevante considerando as condições climáticas da região amazônica, caracterizadas por elevada incidência solar e períodos de chuva intensa.

## 8.2 Tipologia da edificação

A tipologia da edificação corresponde a ginásio poliesportivo coberto para uso educacional e institucional, destinado à realização de:

- aulas de educação física;
- treinamentos esportivos;
- eventos esportivos intercampi;
- eventos institucionais e comunitários.

A capacidade estimada da edificação é de aproximadamente **500 usuários simultâneos**, número considerado suficiente para atender às demandas dos campi e possibilitar a realização de eventos esportivos com presença de espectadores.

## 8.3 Sistema estrutural e solução construtiva

O sistema estrutural adotado combina estrutura em concreto armado nas fundações e pilares com cobertura metálica em arco na área principal do ginásio, solução amplamente utilizada em edificações esportivas devido à necessidade de grandes vãos livres.

A cobertura metálica em arco foi adotada por apresentar melhor relação custo-benefício para estruturas com grandes vãos, reduzindo a quantidade de elementos estruturais intermediários e permitindo maior liberdade espacial na área da quadra.

Nos volumes anexos destinados aos vestiários, áreas administrativas e academia será utilizada cobertura metálica do tipo shed, solução que favorece a ventilação e iluminação natural dos ambientes.

A solução construtiva adotada segue o sistema construtivo convencional, amplamente utilizado em obras públicas, composto por:

- fundações em concreto armado dimensionadas conforme condições geotécnicas locais;
- pilares estruturais em concreto armado;
- cobertura metálica em arco na área principal da quadra;
- cobertura metálica tipo shed nas áreas anexas;
- fechamentos laterais adequados à ventilação e proteção solar;

- instalações prediais hidráulicas, sanitárias e elétricas.

#### 8.4 Instalações prediais

A edificação contará com infraestrutura predial completa para atendimento das necessidades dos usuários, incluindo:

- **sistema de abastecimento de água** para banheiros, vestiários e bebedouros;
- **sistema de esgotamento sanitário**, com tratamento primário e destinação adequada;
- **sistema de drenagem de águas pluviais**, garantindo adequado escoamento da água da cobertura;
- **instalações elétricas e iluminação esportiva**, compatíveis com atividades esportivas e eventos institucionais.

#### 8.5 Normas técnicas aplicáveis

A concepção e execução da obra deverão observar as normas técnicas aplicáveis às edificações e às obras de engenharia, em especial:

- **ABNT NBR 6118** – Projeto de estruturas de concreto;
- **ABNT NBR 6122** – Projeto e execução de fundações;
- **ABNT NBR 8800** – Projeto de estruturas de aço;
- **ABNT NBR 9050** – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- **ABNT NBR 5626** – Instalação predial de água fria;
- **ABNT NBR 8160** – Sistemas prediais de esgoto sanitário;
- **ABNT NBR 15575** – Desempenho de edificações habitacionais (parâmetros de desempenho aplicáveis).

A execução da obra deverá ainda observar as demais normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), legislação ambiental aplicável e boas práticas de engenharia.

#### 8.6 Justificativa das principais escolhas técnicas

##### Ginásio fechado

A adoção de ginásio fechado decorre das condições climáticas predominantes na região, caracterizadas por alta incidência solar e períodos de chuvas intensas.

A proteção lateral da edificação reduz o impacto da radiação solar direta sobre a quadra e melhora as condições de uso para atividades esportivas e eventos institucionais.

##### Cobertura metálica

A cobertura metálica foi escolhida devido à necessidade de grandes vãos livres na área da quadra, sendo a solução estrutural mais econômica e tecnicamente adequada para esse tipo de edificação.

##### Área aproximada de 2.000 m²

A área estimada resulta da soma das áreas necessárias para acomodar adequadamente:

- quadra poliesportiva oficial;
- arquibancadas;
- áreas de circulação;
- vestiários e banheiros;
- área administrativa;

- academia e espaços de apoio.

Esse dimensionamento foi considerado adequado para atender à demanda dos campi.

### **Arquibancadas**

A implantação de arquibancadas permite acomodar espectadores durante eventos esportivos e institucionais, constituindo solução simples e economicamente eficiente para acomodação de público, garantindo segurança e organização dos eventos.

### **8.7 Padronização da solução entre os campi**

Os ginásios a serem construídos nos campi Jaru e Guajará-Mirim utilizam arquitetura padronizada e projetos de engenharia equivalentes, com adaptações pontuais relacionadas às condições geotécnicas específicas de cada terreno.

A padronização arquitetônica apresenta diversas vantagens para a administração pública, incluindo:

- economia de escala na execução das obras;
- simplificação do processo de contratação;
- redução de custos de projeto;
- facilidade de manutenção futura das edificações.

Além disso, a replicação do projeto decorre da similaridade das demandas institucionais dos campi, que possuem necessidades equivalentes de infraestrutura esportiva e atendimento à comunidade acadêmica.

### **8.8 Síntese da solução**

Diante do exposto, a solução proposta consiste na execução de obra de engenharia para construção de dois ginásios poliesportivos cobertos, com área aproximada de 2.000 m<sup>2</sup> cada, estrutura em concreto armado, cobertura metálica em arco na área principal e cobertura tipo shed nos anexos, contemplando quadra oficial, arquibancadas, vestiários, banheiros acessíveis, áreas administrativas e espaços de apoio.

A solução adota projeto arquitetônico padronizado para os dois campi, permitindo maior eficiência administrativa, redução de custos e adequada resposta às necessidades institucionais da comunidade acadêmica.

## **9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

### **9.1 Definição da quantidade do objeto**

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi realizada com base na necessidade institucional identificada para os campi Guajará-Mirim e Jaru do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, considerando a inexistência de infraestrutura esportiva coberta adequada para realização de atividades acadêmicas e institucionais.

A demanda foi formalizada no processo administrativo SEI nº 23243.007762/2024-65, por meio da Formalização da Demanda nº 3 (SEI nº 2313796), que registrou a necessidade de implantação de ginásios poliesportivos nos referidos campi.

Com base nesse levantamento institucional, definiu-se que a solução a ser contratada corresponde à construção de dois ginásios poliesportivos, um em cada campus.

### **9.2 Quantitativo estimado da contratação**

A contratação contempla a execução de obra de engenharia composta por duas unidades de ginásio poliesportivo, onde cada unidade constitui obra de engenharia autônoma, com orçamento e cronograma próprios, ainda que estruturadas em um único procedimento licitatório.

A licitação será estruturada por itens independentes, correspondendo cada item à construção de um ginásio poliesportivo em campus distinto, admitindo-se a adjudicação por item e a eventual contratação de empresas diferentes para execução de cada obra, conforme quadro a seguir.

Item	Objeto	Unidade	Quantidade
1	Construção de Ginásio Poliesportivo – Campus Guajará-Mirim	unidade	1
2	Construção de Ginásio Poliesportivo – Campus Jaru	unidade	1

Total da contratação: 02 unidades de ginásio poliesportivo em cidades distintas de Rondônia.

Cada unidade possui área aproximada de 2.000 m², incluindo quadra poliesportiva, arquibancadas, áreas administrativas, academia, vestiários, banheiros e demais ambientes de apoio.

9.3 Parâmetros utilizados para dimensionamento

A estimativa das quantidades foi fundamentada nos seguintes elementos técnicos:

- projetos de arquitetura e engenharia elaborados pela instituição, que definem a configuração da edificação e os ambientes necessários ao funcionamento do ginásio;
- levantamento da demanda institucional dos campi, considerando o número de estudantes e as necessidades das atividades de educação física;
- dimensionamento dos ambientes de apoio, incluindo vestiários, banheiros acessíveis, áreas administrativas, academia e depósito de materiais esportivos;
- configuração padronizada do projeto arquitetônico, replicada para os dois campi.

Esse conjunto de parâmetros resultou em edificação com área aproximada de 2.000 m² por unidade, considerada adequada para atender às necessidades acadêmicas e institucionais.

9.4 Relação entre quantitativos e solução adotada

A quantidade estimada da contratação está diretamente relacionada à solução definida no presente Estudo Técnico Preliminar, que prevê a construção de um ginásio poliesportivo em cada campus contemplado pela demanda.

A replicação do projeto arquitetônico para as duas unidades permite padronização construtiva, otimização de custos e maior eficiência na execução da obra, sem prejuízo da adequação às características específicas de cada local de implantação.

9.5 Considerações sobre os quantitativos da obra

Os quantitativos detalhados de serviços, materiais e sistemas construtivos encontram-se definidos nas planilhas orçamentárias e nos projetos executivos de engenharia, que serviram de base para a estimativa do valor da contratação.

Esses quantitativos serão consolidados no projeto básico e nos documentos técnicos que instruirão o processo licitatório, garantindo a adequada execução da obra e o controle técnico da contratação.

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 12.508.760,80

10.1 Metodologia de estimativa

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base nos **projetos executivos de arquitetura e engenharia desenvolvidos para os ginásios poliesportivos**, os quais definem as soluções construtivas, dimensões da edificação e sistemas prediais necessários à execução da obra.

A partir desses projetos foram levantados os **quantitativos de serviços e materiais**, os quais foram consolidados em **planilhas orçamentárias detalhadas**, utilizadas como referência para a estimativa do custo da obra.

Os preços unitários adotados nas planilhas orçamentárias foram obtidos a partir do **Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI**, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo **Decreto nº 7.983/2013**, que dispõe sobre a elaboração de orçamentos de referência para obras e serviços de engenharia executados com recursos da União.

A data-base adotada para os preços de referência foi dezembro de 2025 (12/2025).

10.2 Benefícios e Despesas Indiretas – BDI

Sobre os custos diretos levantados a partir das composições de serviços foi aplicada a taxa de **Benefícios e Despesas Indiretas (BDI)**, que contempla os encargos indiretos relacionados à execução da obra, tais como:

- despesas administrativas da empresa contratada;
- custos financeiros;
- seguros e garantias contratuais;
- tributos incidentes;
- margem de remuneração da contratada.

Considerando as características específicas de cada local de execução da obra, foram adotados os seguintes percentuais de BDI:

Local da Obra	BDI Onerado
Campus Guajará-Mirim	20,35 %
Campus Jaru	23,64 %

A diferença entre os percentuais decorre, principalmente, da diferença de alíquota de ISS efetiva entre as cidades, que no caso Guajará-Mirim possui legislação própria para consideração de 50% do valor total da Nota fiscal dos serviços de obra de construção e reformas, como sendo presumidamente atribuíveis a materiais, além das particularidades logísticas e operacionais relacionadas aos locais de execução das obras. (informação do valor de ISS de Guajará-Mirim coletado através do site 03/02/2026 as 11:09 <[https://transparencia.guajaramirim.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/download.php?id\\_doc=024388&extencao=PDF](https://transparencia.guajaramirim.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/download.php?id_doc=024388&extencao=PDF)>).

10.3 Estimativa do valor das obras

Com base nos quantitativos definidos nos projetos executivos e nos preços de referência do SINAPI, foram obtidos os seguintes valores estimados para execução das obras.

Item	Obra	Valor Estimado
01	Construção de Ginásio Poliesportivo – Campus Guajará-Mirim	R\$ 6.186.157,48
02	Construção de Ginásio Poliesportivo – Campus Jaru	R\$ 6.322.603,32

Valor estimado total das contratações:

**R\$ 12.508.760,80**

10.4 Compatibilidade do custo estimado

Considerando que cada edificação possui área aproximada de **2.000 m²**, os valores estimados correspondem a custo aproximado de:

- **R\$ 3.093/m² para o ginásio do Campus Guajará-Mirim;**
- **R\$ 3.161/m² para o ginásio do Campus Jaru.**

Esses valores encontram-se **compatíveis com parâmetros de obras públicas de tipologia semelhante**, especialmente ginásios poliesportivos executados por instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

## 10.5 Documentos que fundamentam a estimativa

A estimativa do valor da contratação está fundamentada nos seguintes documentos técnicos:

- projetos executivos de arquitetura e engenharia;
- planilhas orçamentárias detalhadas;
- composições de custos baseadas no **SINAPI (data-base 12/2025)**;
- cronograma físico-financeiro da obra.

Esses documentos compõem o conjunto técnico que subsidiará a elaboração do **projeto básico e dos documentos de licitação da obra de engenharia**.

## 10.6 Síntese da estimativa do valor das contratações

Diante do exposto, a estimativa do valor das contratações para execução das obras de construção dos ginásios poliesportivos nos campi Guajará-Mirim e Jaru é de:

**R\$ 12.508.760,80 (doze milhões, quinhentos e oito mil, setecentos e sessenta reais e oitenta centavos).**

Os valores apresentados correspondem às estimativas de custo de cada item da contratação, os quais serão licitados de forma independente dentro de um mesmo procedimento licitatório.

Dessa forma, a estimativa global da contratação corresponde à soma dos valores estimados para os dois itens, sem prejuízo da possibilidade de adjudicação individual de cada obra.

O valor foi obtido com base em **projetos executivos, levantamento de quantitativos e preços de referência do SINAPI**, observando as diretrizes do Decreto nº 7.983/2013 e as boas práticas de elaboração de orçamento para obras públicas.

# 11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

## 11.1 Análise da possibilidade de parcelamento do objeto

Nos termos do art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021, as contratações públicas devem, sempre que possível, ser divididas em parcelas, com o objetivo de ampliar a competitividade e possibilitar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Nesse contexto, foi realizada análise técnica acerca da possibilidade de parcelamento da contratação destinada à execução das obras de construção de ginásios poliesportivos nos campi Guajará-Mirim e Jaru do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

A avaliação considerou duas perspectivas principais:

- parcelamento por especialidade ou etapa construtiva;
- parcelamento por unidade de execução da obra.

## 11.2 Avaliação do parcelamento por especialidade ou etapa construtiva

Foi analisada a hipótese de parcelamento da obra por especialidades técnicas ou por etapas construtivas, tais como:

- fundações e estrutura;
- cobertura;
- instalações prediais;
- acabamentos.

Entretanto, essa forma de parcelamento não se mostra adequada para obras dessa natureza, uma vez que a execução fragmentada de serviços de engenharia pode comprometer a adequada coordenação entre as etapas construtivas, aumentar a complexidade de gestão contratual e gerar potenciais conflitos de responsabilidade entre diferentes contratados.

Além disso, a fragmentação da obra em múltiplos contratos poderia dificultar o controle técnico da execução e elevar o risco de atrasos no cronograma físico da obra.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento por etapas construtivas **não se apresenta tecnicamente vantajoso para o objeto em análise**, sendo recomendada a contratação da obra de forma integrada por unidade de edificação.

11.3 Parcelamento por unidade de execução da obra

Considerando que a demanda institucional envolve a construção de dois ginásios poliesportivos em campi distintos, foi avaliada a possibilidade de estruturação da contratação por unidades independentes de obra.

Nesse modelo, cada ginásio constitui **obra de engenharia autônoma**, com características próprias de implantação, orçamento específico e cronograma individual de execução.

Dessa forma, a contratação será estruturada em **dois itens independentes**, conforme quadro a seguir:

Item	Objeto
01	Construção de Ginásio Poliesportivo – Campus Guajará-Mirim
02	Construção de Ginásio Poliesportivo – Campus Jaru

Essa estrutura permite que cada obra seja tratada como unidade autônoma de contratação, preservando a independência técnica e administrativa de sua execução.

11.4 Vantagens do parcelamento por itens

A divisão da contratação em itens independentes apresenta diversas vantagens para a Administração Pública, dentre as quais destacam-se:

- **ampliação da competitividade do certame**, possibilitando a participação de empresas com diferentes capacidades operacionais;
- **maior flexibilidade na execução das obras**, permitindo que cada unidade seja executada de forma independente;
- **redução de riscos de execução**, uma vez que eventuais intercorrências em uma obra não necessariamente impactarão a outra;
- **maior eficiência administrativa**, mantendo-se um único processo licitatório para atendimento da demanda institucional.

Além disso, a utilização de **projeto arquitetônico padronizado para os dois campi** permite ganhos de racionalidade no planejamento e na execução das obras, sem prejuízo da autonomia de cada item da contratação.

11.5 Possibilidade de adjudicação de mais de um item à mesma empresa

Embora a contratação seja estruturada em itens independentes, não será estabelecida limitação quanto ao número de itens que poderão ser adjudicados a um mesmo licitante.

Essa decisão fundamenta-se nas seguintes razões técnicas e administrativas:

- as duas obras possuem **tipologia construtiva padronizada**, com soluções estruturais e sistemas construtivos equivalentes;
- não há impedimento técnico para que uma mesma empresa execute simultaneamente ambas as obras;
- a eventual adjudicação de ambos os itens a um mesmo licitante poderá resultar em **propostas economicamente mais vantajosas para a Administração**, em razão de possíveis ganhos de escala na mobilização de equipes e equipamentos.

Assim, o modelo adotado permite que:

- uma mesma empresa seja vencedora de ambos os itens; ou

- empresas distintas sejam contratadas para execução de cada obra.

### 11.6 Conclusão quanto ao parcelamento

Diante das análises realizadas, conclui-se que o modelo mais adequado para atendimento da demanda institucional consiste na **realização de processo licitatório único, estruturado em dois itens independentes**, correspondentes às obras de construção dos ginásios poliesportivos nos campi Guajará-Mirim e Jaru.

Essa solução permite conciliar:

- ampliação da competitividade do certame;
- preservação da economicidade da contratação;
- flexibilidade na execução das obras;
- eficiência administrativa na condução do processo licitatório.

Cada item da contratação poderá resultar em **contrato independente de obra de engenharia**, com gestão e fiscalização próprias.

## 12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

### 12.1 Contratações interdependentes

12.1.1. Considera-se contratação interdependente aquela cuja execução é necessária para que a solução contratada atinja plenamente sua finalidade.

12.1.2. No caso da construção do ginásio poliesportivo do **Campus Jaru**, identificou-se a necessidade de implantação de **subestação elétrica**, destinada à ampliação da capacidade de fornecimento de energia elétrica da unidade.

12.1.3. A necessidade decorre da ampliação da carga instalada do campus com a implantação da nova edificação, considerando especialmente os sistemas de iluminação, equipamentos esportivos eletrônicos e eventuais sistemas de climatização e ventilação.

12.1.4. O projeto da subestação encontra-se em fase de elaboração pela área técnica responsável e deverá ser objeto de **processo licitatório específico**, a ser conduzido pela instituição.

12.1.5. Para o **Campus Guajará-Mirim**, não foi identificada necessidade de implantação de subestação adicional, uma vez que a infraestrutura elétrica existente possui capacidade suficiente para atendimento da nova edificação.

### 12.2 Contratações correlatas

Foram identificadas contratações de caráter complementar relacionadas ao pleno funcionamento do ginásio poliesportivo, as quais, embora associadas à utilização da infraestrutura, **não são indispensáveis à execução da obra de engenharia propriamente dita**.

Nesse contexto, destacam-se:

#### Equipamentos esportivos específicos

Alguns equipamentos esportivos não integram o escopo da obra e deverão ser adquiridos posteriormente pela instituição, tais como:

- tabelas de basquete;
- placar eletrônico.

A aquisição desses itens poderá ser realizada por meio de procedimento específico de aquisição de bens, após a conclusão ou em fase final de execução da obra.

#### Equipamentos de climatização e ventilação

Os projetos de engenharia contemplam **infraestrutura necessária para eventual instalação de sistemas de climatização e ventilação**, incluindo:

- tubulações frigoríferas;



- infraestrutura elétrica para equipamentos de climatização;
- pontos de drenagem e suportes técnicos necessários.

Entretanto, **os equipamentos propriamente ditos, como aparelhos de ar-condicionado ou ventiladores industriais**, não integram o escopo da obra de engenharia e deverão ser adquiridos posteriormente pela instituição, mediante processo específico de aquisição.

A previsão dessa infraestrutura na obra tem como objetivo **facilitar futura instalação dos equipamentos**, evitando intervenções posteriores na edificação e reduzindo custos de adaptação.

### 12.3 Infraestruturas já contempladas no escopo da obra

Destaca-se que diversos elementos normalmente associados a contratações complementares já se encontram incorporados ao escopo da obra de engenharia e às planilhas orçamentárias do projeto, tais como:

- sistema de esgotamento sanitário próprio, por meio de **fossa e sumidouro**;
- instalações prediais hidráulicas e sanitárias;
- infraestrutura elétrica interna da edificação;
- urbanização básica do entorno imediato da edificação;
- sistemas de prevenção e combate a incêndio conforme projeto aprovado.

Dessa forma, tais componentes integram diretamente a obra de engenharia objeto da presente contratação, não configurando contratações correlatas adicionais.

### 12.4 Síntese

Diante da análise realizada, verifica-se que a execução da obra de construção dos ginásios poliesportivos apresenta **baixo grau de dependência de contratações externas**, sendo identificadas:

- **uma contratação interdependente**, referente à implantação de subestação elétrica necessária ao Campus Jaru;
- **contratações correlatas complementares**, relativas à aquisição de equipamentos esportivos específicos e de equipamentos de climatização e ventilação.

A maior parte das infraestruturas necessárias ao funcionamento das edificações encontra-se incorporada ao escopo da obra de engenharia, o que demonstra adequado nível de maturidade do planejamento e contribui para maior segurança na execução da solução proposta.

## 13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1 A contratação encontra-se alinhada com o Plano Anual de Trabalho da Diretoria de Engenharia e Infraestrutura, bem como com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRO 2023-2027, Objetivos Estratégicos: Ampliar e consolidar a infraestrutura acadêmica científica e tecnológica - Campus Guajará-Mirim e Campus Jaru

13.2. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRO estabelece como uma de suas diretrizes estratégicas o fortalecimento da infraestrutura educacional e de apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil, contemplando investimentos em espaços que promovam o desenvolvimento integral dos estudantes.

13.3. Nesse contexto, a implantação de ginásios poliesportivos nos campi Guajará-Mirim e Jaru está alinhada às políticas institucionais de incentivo à prática esportiva, promoção da saúde, integração comunitária e realização de eventos acadêmicos, culturais e esportivos no âmbito da instituição.

13.4. A necessidade da contratação foi formalmente apresentada pela área demandante por meio do processo administrativo SEI nº 23243.007762/2024-65, que contém a **Formalização da Demanda nº 3 (SEI nº 2313796)**, documento no qual se identificou a carência de infraestrutura esportiva adequada para atendimento das atividades pedagógicas e institucionais dos referidos campi.

13.5. Além disso, a contratação encontra-se alinhada ao planejamento de investimentos em infraestrutura da instituição, integrando o conjunto de ações destinadas à melhoria das condições físicas dos campi e à ampliação da capacidade institucional de atendimento às demandas acadêmicas.

13.6. Destaca-se ainda que a solução proposta observa os princípios da eficiência, economicidade e racionalidade administrativa, ao adotar **projeto arquitetônico padronizado entre os campi**, possibilitando ganhos de escala no planejamento, no desenvolvimento dos projetos de engenharia e na execução das obras.

13.7. A padronização arquitetônica contribui para:

- otimização de recursos técnicos no desenvolvimento dos projetos;
- redução de custos de engenharia;
- simplificação da execução das obras;
- maior uniformidade na infraestrutura esportiva da instituição.

13.8. Dessa forma, verifica-se que a presente contratação está devidamente integrada ao planejamento institucional do IFRO e atende às necessidades previamente identificadas pela administração, estando em conformidade com os princípios de planejamento e governança estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

## 14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação das obras de construção dos ginásios poliesportivos nos campi Guajará-Mirim e Jaru do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO tem como objetivo ampliar e qualificar a infraestrutura institucional destinada ao desenvolvimento das atividades acadêmicas, esportivas, culturais e de extensão.

A implantação dessa infraestrutura permitirá à instituição suprir demanda existente por espaços adequados à prática esportiva e à realização de eventos institucionais, contribuindo para a melhoria das condições de ensino, da permanência estudantil e da integração da comunidade acadêmica.

Entre os principais benefícios institucionais decorrentes da contratação, destacam-se:

### 14.1 Ampliação da infraestrutura acadêmica e esportiva

A construção dos ginásios poliesportivos permitirá ampliar significativamente a infraestrutura disponível para o desenvolvimento das atividades de educação física, treinamentos esportivos, práticas recreativas e eventos institucionais.

A disponibilização de um espaço coberto, adequado e estruturado possibilitará a realização de atividades ao longo de todo o ano, independentemente de condições climáticas, contribuindo para maior regularidade no desenvolvimento das práticas esportivas e pedagógicas.

### 14.2 Melhoria das condições de permanência e qualidade de vida estudantil

A oferta de espaços adequados para práticas esportivas e atividades de integração contribui para o fortalecimento das políticas de assistência estudantil e para a promoção da saúde física e mental dos estudantes.

Ambientes voltados à prática esportiva também desempenham papel relevante na promoção do convívio social, da disciplina, do trabalho em equipe e do desenvolvimento de habilidades socioemocionais, aspectos que contribuem para a formação integral dos alunos.

### 14.3 Fortalecimento das atividades de ensino, extensão e eventos institucionais

Os ginásios poliesportivos possibilitarão a realização de atividades acadêmicas, eventos institucionais, competições esportivas, atividades culturais e ações de extensão junto à comunidade externa.

Essa infraestrutura amplia a capacidade institucional de promoção de eventos de maior porte, fortalecendo a integração entre a instituição e a sociedade.

### 14.4 Adequação da infraestrutura institucional às demandas pedagógicas

A implantação dos ginásios atende às demandas apresentadas pelos cursos e pelas atividades de educação física dos campi, proporcionando infraestrutura adequada para o desenvolvimento das práticas previstas nos projetos pedagógicos.

A quadra poliesportiva oficial, aliada às áreas de apoio como vestiários, banheiros, espaços administrativos e academia, permitirá melhor organização das atividades acadêmicas e esportivas.

### 14.5 Racionalização do planejamento e padronização da infraestrutura

A adoção de projeto arquitetônico padronizado entre os campi Guajará-Mirim e Jaru contribui para maior eficiência no planejamento e execução das obras, possibilitando:

- otimização do desenvolvimento dos projetos de engenharia;
- redução de custos associados à elaboração de projetos distintos;
- maior padronização da infraestrutura esportiva institucional;
- facilitação futura da manutenção predial.

Essa estratégia também permite ganhos de escala na execução das obras, ao utilizar soluções construtivas equivalentes e tipologias arquitetônicas compatíveis com as necessidades institucionais.

#### **14.6 Fortalecimento da integração institucional e comunitária**

A nova infraestrutura esportiva permitirá ampliar as possibilidades de realização de atividades que envolvam não apenas a comunidade acadêmica, mas também a comunidade externa, por meio de eventos esportivos, culturais e ações de extensão.

Dessa forma, a obra contribui para fortalecer o papel social da instituição e ampliar sua inserção na comunidade local.

#### **14.7 Síntese dos benefícios**

Em síntese, a contratação das obras de construção dos ginásios poliesportivos proporcionará benefícios relevantes à instituição, tais como:

- ampliação da infraestrutura educacional e esportiva;
- melhoria das condições de permanência e qualidade de vida dos estudantes;
- fortalecimento das atividades de ensino, extensão e integração comunitária;
- racionalização do planejamento e padronização da infraestrutura institucional.

Dessa forma, a solução proposta contribui diretamente para o fortalecimento das atividades institucionais do IFRO e para a melhoria das condições de desenvolvimento das atividades acadêmicas e esportivas nos campi Guajará-Mirim e Jarú.

## **15. Providências a serem Adotadas**

Em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, foram identificadas as providências necessárias para viabilizar a contratação e assegurar a adequada execução das obras de construção dos ginásios poliesportivos nos campi Guajará-Mirim e Jarú do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

Essas providências compreendem ações de natureza técnica, administrativa e de planejamento, destinadas a garantir a maturidade do projeto, a adequação da solução proposta e a capacidade institucional para condução da execução e fiscalização da obra.

#### **15.1 Consolidação dos projetos de engenharia**

Para a execução das obras, encontram-se elaborados os projetos de arquitetura e engenharia necessários à caracterização técnica da solução construtiva adotada, contemplando os elementos essenciais à execução da obra.

Os projetos executivos e documentos técnicos associados constituem base para a elaboração das planilhas orçamentárias e dos cronogramas físico-financeiros, possibilitando a adequada definição do escopo da contratação e a estimativa de custos da obra.

Esses documentos técnicos deverão ser devidamente consolidados e integrados ao processo licitatório, compondo o conjunto de elementos técnicos que subsidiarão a elaboração do instrumento convocatório e do futuro contrato administrativo.

#### **15.2 Consolidação das planilhas orçamentárias e documentos técnicos**

As estimativas de custos das obras foram elaboradas com base em composições de preços referenciadas no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, observando-se as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 7.983/2013.

As planilhas orçamentárias deverão ser revisadas e consolidadas para assegurar a consistência dos quantitativos e a correta aplicação dos parâmetros técnicos e econômicos adotados na estimativa do valor da contratação.

Além disso, deverão ser anexados ao processo licitatório os seguintes documentos técnicos:

- planilhas orçamentárias detalhadas;

- cronogramas físico-financeiros;
- memoriais descritivos;
- especificações técnicas dos serviços;
- projetos executivos de arquitetura e engenharia.

### **15.3 Planejamento da fiscalização da obra**

Deverá ser estruturada equipe responsável pela fiscalização da execução das obras, composta por servidores ou profissionais tecnicamente habilitados, de forma a garantir o acompanhamento adequado da execução contratual.

A fiscalização deverá observar as atribuições previstas na legislação vigente, incluindo o acompanhamento técnico da execução dos serviços, a verificação da conformidade com os projetos e especificações e o controle do cumprimento dos prazos e das condições contratuais.

Também deverá ser prevista a emissão das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ART ou Registros de Responsabilidade Técnica – RRT referentes às atividades de fiscalização, quando aplicável.

### **15.4 Preparação do processo licitatório**

Como providência necessária à contratação, deverá ser estruturado o processo licitatório contendo todos os documentos exigidos pela legislação aplicável, incluindo:

- Estudo Técnico Preliminar;
- projeto básico ou projeto executivo da obra;
- planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro;
- minuta de edital e de contrato;
- demais documentos técnicos necessários à caracterização do objeto.

Esses elementos constituem a base técnica e administrativa que permitirá a adequada condução do certame licitatório.

### **15.5 Contratações interdependentes e correlatas**

Conforme análise realizada neste Estudo Técnico Preliminar, foi identificada a necessidade de implantação de subestação elétrica no Campus Jaru, a qual deverá ser objeto de processo licitatório específico.

Além disso, a instituição poderá promover posteriormente a aquisição de equipamentos esportivos e de climatização necessários ao pleno funcionamento da infraestrutura esportiva, tais como tabelas de basquete, placar eletrônico e equipamentos de ar-condicionado ou ventilação.

Essas contratações possuem caráter complementar e poderão ser conduzidas por processos administrativos específicos, de acordo com o planejamento institucional.

### **15.6 Condições institucionais para execução da obra**

A instituição dispõe de estrutura administrativa e técnica capaz de conduzir o processo de contratação e acompanhar a execução da obra, por meio das áreas responsáveis pelo planejamento, contratação e fiscalização de obras e serviços de engenharia.

A condução da contratação observará os procedimentos administrativos e as boas práticas aplicáveis à gestão de obras públicas, visando assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos e a qualidade da infraestrutura a ser implantada.

### **15.7 Síntese das providências necessárias**

Em síntese, as principais providências a serem adotadas previamente à contratação compreendem:

- consolidação dos projetos executivos de arquitetura e engenharia;
- revisão e consolidação das planilhas orçamentárias;
- organização da documentação técnica necessária ao processo licitatório;
- planejamento da estrutura de fiscalização da obra;
- preparação e instrução do processo administrativo de contratação.

A adoção dessas providências contribui para assegurar maior grau de maturidade do planejamento da contratação e reduzir riscos associados à execução da obra.

## 16. Possíveis Impactos Ambientais

20.1. Na execução da demanda, a Contratada deverá possuir as seguintes obrigações contratuais, previstas no Projeto Básico ou Termo de Referência, a fim de mitigar os possíveis impactos ambientais:

20.2. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

20.3. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

20.3.1. Cópias das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

20.3.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;

20.4. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

20.5. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

20.6. Apenas se houver dúvida fundada acerca da autenticidade dos documentos acima, conforme art. 9º do Decreto nº 9.094/17, poderá haver solicitação de cópia autenticada por cartório ou pelo servidor, mediante comparação com o original.

20.7. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

20.8. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

20.9. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

20.10. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

20.11. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

20.12. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

20.13. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

20.14. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

20.15. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004. 5. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

20.16. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

20.17. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

20.18. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 17.1. Justificativa da Viabilidade

A construção de um ginásio poliesportivo no IFRO - Campus Guajará-Mirim e IFRO - Campus Jaru é uma iniciativa viável e de extrema importância para a promoção do desenvolvimento integral dos alunos, melhoria da qualidade de vida da comunidade acadêmica e fortalecimento dos laços com a população local. Este investimento resultará em inúmeros benefícios sociais, culturais e educacionais, consolidando o compromisso do IFRO com a excelência e a inclusão.

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**RODRIGO MARQUES MACHADO**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 12/03/2026 às 15:53:53.*

**PAULO GUSTAVO BATISTA TEIXEIRA**

Membro da comissão de contratação

**JELYSSON MACEDO AMORIM FRANCA**

Membro da comissão de contratação

**CARLOS EDUARDO SANTANA AZEVEDO**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 06/04/2026 às 12:18:46.*

**ISMAELSON COSTA DE MOURA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 06/04/2026 às 11:29:07.*

**EDUARDO OLIVEIRA DE AMORIM**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 06/04/2026 às 12:24:29.*

Matriz de Gerenciamento de Riscos 73/2024

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
73/2024	RODRIGO MARQUES MACHADO	17/07/2024 14:34
Status da Matriz de Alocação de Riscos		
Concluído (Seleção de Fornecedor)		
Objeto da Matriz de Riscos		
Construção de Ginásio Esportivo		

2. Histórico de Revisões

Data e Hora	Versão	Descrição	Autor
14/05/2026 18:36	1.0	Revisão Pós TR	RODRIGO MARQUES MACHADO

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Descrição incompleta ou insuficiente do objeto a ser contratado	Descrição incompleta ou insuficiente pela equipe de planejamento da contratação	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Atraso na licitação e no início previsto para execução contratual					
Ações Preventivas						
P-01	Assegurar que as contratações sejam precedidas de estudo técnicas preliminares, levando em consideração os eventuais erros cometidos no passado.			Responsável: RODRIGO MARQUES MACHADO		
P-02	Consultar licitações anteriores para levantar os problemas enfrentados			Responsável: ISMAELSON COSTA DE MOURA		
Ações de Contingência						
C-01	Retificar o objeto com a descrição completa e suficiente			Responsáveis: RODRIGO MARQUES MACHADO, ISMAELSON COSTA DE MOURA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Termo de referência ou projeto básico incompleto ou inconsistente	Elaboração do projeto básico em condições de ou excesso de demanda no setor	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Não permitir selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e o Contrato sem mecanismos adequados para a gestão contratual, com consequente desperdício de recursos públicos.					
Ações Preventivas						
P-01	Elaborar o termo de referência/projeto básico adotando o modelo disponibilizado pela AGU e outros órgãos da Administração.			Responsável: RODRIGO MARQUES MACHADO		
P-02	Revisar os documentos e readequar o termo de referência/projeto básico de forma a permitir selecionar a proposta mais vantajosa para a administração.			Responsável: PAULO GUSTAVO BATISTA TEIXEIRA		
Ações de Contingência						
C-01	Revisão do termo de referência ou projeto básico: Verifique se há erros, lacunas ou inconsistências no documento e faça as correções necessárias			Responsáveis: RODRIGO MARQUES MACHADO, ISMAELSON COSTA DE MOURA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Procedimento para formalizar a contratação e não finalizar antes do encerramento do exercício	Devido ao excesso de demandas no setor	Planejamento	Administração	Médio	1
Impactos						
1	Possível perda do recurso orçamentário e não conclusão da demanda					
Ações Preventivas						
P-01	Verificação cautelosa de todos os documentos necessários ao completo atendimento das					
Responsável: RODRIGO MARQUES MACHADO						



**Ações de Contingência**

C-01	Reanálise do projeto básico e ETP bem como todos os anexos	<b>Responsável:</b> PAULO GUSTAVO BATISTA TEIXEIRA
------	--	--

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Não formalização de papéis (gestor, fiscal, requisitante, preposto)	Falta de descrição detalhada das responsabilidades nos instrumentos de contratação	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Questionamento da legitimidade dos atos praticados na gestão contratual, com consequente impossibilidade de responsabilizar as partes do contrato e os agentes públicos que atuaram sem delegação.					
Ações Preventivas						
P-01	Autoridade competente nomeia formalmente os representantes da organização que atuarão na gestão do contrato, em tempo hábil assim como os seus substitutos eventuais.			Responsável: ELAINE OLIVEIRA COSTA DE CARVALHO		
P-02	Exigir, após assinatura do contrato e antes do início da execução contratual, que o representante legal da contratada apresente formalmente o preposto da contratada.			Responsável: RODRIGO MARQUES MACHADO		
Ações de Contingência						
C-01	Indicação à autoridade competente dos representantes da organização que atuarão na gestão do contrato.			Responsável: RODRIGO MARQUES MACHADO		
C-02	Solicitar a apresentação formal do preposto da contratada e eventual notificação, ou demais sanções previstas.			Responsável: RODRIGO MARQUES MACHADO		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Serviço prestado ineficazmente	Não previsão de estruturas que propicie uma boa execução contratual.	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
Impactos						
1	Instalações não funcionais, impedindo a correta finalidade da contratação.					
Ações Preventivas						
P-01	Realizar a fiscalização dos serviços com a frequência especificada no contrato.			Responsável: RODRIGO MARQUES MACHADO		
P-02	Observar as disposições do contrato, termo de referência, especificação dos materiais e manuais técnicos.			Responsável: RODRIGO MARQUES MACHADO		
Ações de Contingência						
C-01	Comunica o gestor para que ocorra uma notificação da empresa ou aplicação de sanção.			Responsável: LUCAS ANDRADE JOB		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Serviços não abrangem todas as necessidades institucionais.	Especificação contratual insuficiente para direcionar a execução dos serviços.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Necessidade de alteração contratual.					
Ações Preventivas						
P-01	Revisão de cada cláusula de obrigações da contratada e forma de prestação do serviço, análise das dificuldades das contratações anteriores, antes da efetiva execução.			Responsável: RODRIGO MARQUES MACHADO		
Ações de Contingência						
C-01	Estudar o grau de insuficiência e refletir sobre a vantajosidade na rescisão contratual e abertura de novo processo licitatório.			Responsável: RODRIGO MARQUES MACHADO		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	Interrupção da prestação do serviço devido à insolvência da contratada	Falta de análise durante o certame do índice de solvência da empresa.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	
Impactos						
1	Não cumprimento dos serviços especificados no contrato, resultando em atraso na conclusão dos serviços e impossibilidade de novas instalações					
Ações Preventivas						
P-01	Assegurar o pagamento das obrigações dentro do prazo estabelecido e que a empresa tem as garantias financeiras requisitadas pela lei			Responsável: RODRIGO MARQUES MACHADO		
P-02	Observar as disposições do contrato, termo de referência, especificação dos materiais e manuais técnicos.			Responsável: RODRIGO MARQUES MACHADO		
Ações de Contingência						
C-01	Recorrer a PF/IFRO/AGU para buscar uma forma legal de manter a prestação dos serviços			Responsável: RODRIGO MARQUES MACHADO		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-08	Falta do Licenciamento ambiental	Obra não atender os critérios para o licenciamento ambiental	Gestão de Contrato	Administração	Médio	1
Impactos						
1	Paralisação da execução obra					
Ações Preventivas						
P-01	Abrir processo junto a prefeitura municipal para que o licenciamento seja regularizado até o início da execução da obra.			Responsáveis: RODRIGO MARQUES MACHADO, PAULO GUSTAVO BATISTA TEIXEIRA		

#### Ações de Contingência

C-01	Fazer estudo de viabilidade ambiental e fazer uma novo peticionamento aos órgãos competentes.	<b>Responsável:</b> PAULO GUSTAVO BATISTA TEIXEIRA
------	---	--

#### 4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

#### 5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente  
**RODRIGO MARQUES MACHADO**  
Data: 14/05/2026 18:47:24-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**RODRIGO MARQUES MACHADO**

Membro da comissão de contratação

# TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA



Processo SEI nº 23243.007762/2024-65

**OBJETO:** O objeto da presente licitação é a execução das obras dos ginásios poliesportivos dos Campi Guajará-Mirim e Jaru, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, por Concorrência Eletrônica, motivada pela Diretoria de Planejamento e Administração do Campus Guajará-Mirim, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.



# SUMÁRIO



1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO.....	3
2. REGIMES DE EXECUÇÃO.....	3
3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.....	4
4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA.....	4
5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS.....	5
6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS.....	5
7. CUSTOS DIRETOS.....	6
8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS.....	6
9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	7
10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI.....	7
11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.....	8
12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.....	8
13. PROJETO EXECUTIVO.....	8
14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	9
15. VISTORIA.....	12
16. SUBCONTRATAÇÃO.....	12
17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO..	13
18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS.....	14
19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS.....	15
20. GARANTIA DA EXECUÇÃO.....	16
21. DA SUSTENTABILIDADE.....	17



# DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

## 1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO



### 1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui **OBRA**, sob a seguinte **justificativa**:

A presente licitação é enquadrada como obra por seu objeto final importar em inovação do espaço físico e ainda ter o exercício privativo das profissões de engenheiro e arquiteto.

### 1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é **COMUM**, sob a seguinte **justificativa**:

Trata-se de objeto em que são necessárias ações e serviços que possuem técnicas de execução objetivamente padronizadas, com termos de desempenho, qualidade, manutenção e amplo domínio do mercado sobre estas técnicas.

## 2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a **justificativa** abaixo:

### ( x ) empreitada por preço global

Foi adotado o regime de empreitada por preço global uma vez que o projeto executivo foi definido com alta precisão, fornecendo aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto.

Uma vez adotado o regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL , o Projeto Básico DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU, adotando os seguintes parâmetros descritos no documento abaixo identificado:



### **3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

No presente feito, o Projeto Básico e documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de engenharia, com a emissão da ART.



### **4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA**

Na presente licitação:

( ☐ ) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

( ☒ ) FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI,

( ☒ ) FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

( ☒ ) utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso.

As composições próprias foram utilizadas baseadas em coeficientes de composições SBC com alterações de suas composições auxiliares para base SINAPI.

### **5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS**

No orçamento da presente obra ou serviço:



( x ) foi/foram juntadas a(s) ( X ) planilha(s) sintética(s) e a(s) ( X ) planilha(s) analítica(s)

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

( x ) consta nos autos.



Na presente licitação:

( x ) foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

## 6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

( X ) foram adotadas composições “**adaptadas**” do **SINAPI**, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

( X ) foram adotadas composições “**próprias**”, extraídas de fontes **extra-SINAPI**, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

## 7. CUSTOS DIRETOS


No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos compreendem **apenas** os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**:

( X ) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;



( X ) adota o parâmetro entre 1º quartil e o médio, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

A administração local foi dimensionada considerando o porte da obra, suas complexidades e seu cronograma, que alcançou 5,26% e 5,29% no orçamento para Guajará-Mirim e Jarú, respectivamente. O 1º quartil foi adotado tanto no cálculo do BDI para o Ginásio em Jarú como para o BDI do Ginásio em Guajará-Mirim por ser considerado  (s) empresa(s) deverá(ão) estruturar equipe administrativa básica padrão para condução d de construção.

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

( X ) PREVÊ pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, em vez de reproduzir percentuais fixos.

## 8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

( X ) foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos ( X ) INSUMOS e  
( X ) SERVIÇOS.

## 9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos.

## 10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: ( X ) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

**BDI Ginásio Guajará-Mirim:**





Administração central: ( ) 1º quartil ou ( X ) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

Seguro e garantia: (X) 1º quartil ou ( ) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

Risco: ( X ) 1º quartil ou ( ) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

Despesa financeira: (X) 1º quartil ou ( ) quartil médio ou ( ) 3º quartil:



Lucro: (X) 1º quartil ou ( ) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

#### **BDI Ginásio Jaru:**

Administração central: ( ) 1º quartil ou (X) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

Seguro e garantia: ( X ) 1º quartil ou ( ) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

Risco: ( X ) 1º quartil ou ( ) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

Despesa financeira: (X) 1º quartil ou ( ) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

Lucro: (X) 1º quartil ou ( ) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

#### **11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS**

Na presente licitação, ( X ) SERÁ ou ( ) NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte **justificativa**:

Caso seja adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

(X) foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

(X) foi adotado o parâmetro do (X) 1º quartil, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

Foi adotado BDI diferenciado para itens de mero fornecimento. O 1º quartil foi adotado para estar alinhado com a maioria dos itens do BDI.



## 12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

( X ) FOI juntado aos autos.



Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro:

( X ) DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

## 13. PROJETO EXECUTIVO

( X ) FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

( X ) ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

## 14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

### Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao ( X ) CREA ou ao ( X ) CAU, com base na seguinte justificativa técnica:

A exigência fundamenta-se no Art. 67, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, bem como na Lei nº 5.194/1966 e na Lei nº 12.378/2010, que regulamentam, respectivamente, as profissões de Engenheiro e Arquiteto. A natureza do objeto licitado — a construção de dois ginásios poliesportivos nos campi Jaru e Guajará-Mirim do IFRO — caracteriza-se como obra de engenharia e arquitetura de complexidade técnica relevante, envolvendo:



**Execução de Estruturas Metálicas:** A construção de cobertura em arco exige cálculos estruturais precisos e montagem especializada, atividades privativas de profissionais habilitados nestes conselhos;

**Edificações Civas:** A execução de áreas de banheiros, vestiários, academia e blocos administrativos envolve subsistemas de fundações, alvenaria estrutural, instalações elétricas e hidrossanitárias;



**Responsabilidade Técnica:** O valor estimado da contratação (R\$ 5,2 milhões em média) e a destinação pública do espaço (uso por alunos e servidores) demandam o acompanhamento de empresa que possua registro ativo, garantindo a emissão das respectivas ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica).

Em observância aos Acórdãos nº 1.034/2012 e nº 2.769/2014, ambos do Plenário do TCU, a exigência limita-se ao conselho que fiscaliza a atividade básica e o serviço preponderante da licitação. Dado que o objeto compreende competências que são comuns tanto a Engenheiros Civas quanto a Arquitetos (conforme a Resolução Conjunta de atribuições), a administração opta pela exigência alternativa (CREA ou CAU).q

Tal medida visa ampliar a competitividade do certame, evitando a restrição indevida e permitindo que empresas registradas em qualquer um dos dois conselhos possam participar, desde que seus profissionais detentores de atestados possuam as atribuições técnicas necessárias para a execução integral do projeto conforme definido no Edital e seus anexos.

Ademais, ressalta-se que a área total construída estimada é de aproximadamente 1.200 m<sup>2</sup>, valor este que extrapola significativamente o limite de 80 m<sup>2</sup> estabelecido pela Resolução CFT nº 101/2020 para a elaboração de projetos por técnicos industriais. Somado a isso, a complexidade inerente ao cálculo estrutural de coberturas metálicas em arco e vãos livres de grande porte para recintos de aglomeração pública demanda, por critérios de segurança e rigor técnico, a habilitação de nível superior (Engenharia ou Arquitetura), justificando a exclusão de conselhos de técnicos para este objeto específico.

### **Capacidade técnico-operacional**

Na presente licitação:


( X ) serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

- Execução de Estrutura Metálicas para cobertura - 22,71% do objeto;
- Execução de Piso industrial de concreto - 4,36% do objeto;
- Telhamento com telha metálica - 5,52% do objeto;



( ☒ ) SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

- Execução de Estruturas Metálicas para cobertura - 12.860,40 kg;
- Execução de piso industrial de concreto - 509,21 m<sup>2</sup>;
- Telhamento com telha metálica - 1.343,60 m<sup>2</sup>;

O §9º do art. 67 da Lei n. 14.133, de 2021, expressamente  a possibilidade de que a qualificação técnica do licitante, para aspectos técnicos específicos, seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado.

### **Possibilidade de somatório de atestados**

Na presente licitação, será ( ☒ ) ACEITO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Será aceito, pois, segundo defende a jurisprudência do TCU, cabe aceitar o somatório de atestados para atingimento dos quantitativos mínimos dos serviços demandados na capacitação técnico-operacional do licitante (Acórdãos n. 170/2007, 1.631/2007, 727/2009, 1.382/2009, 1.823/2009, 2.783/2009, 3.260/2011, 342/2012, 1.028/2012, 1.231/2012, 1.380/2012, 1.552/2012, 2.869/2012 e 1.391/2014 – Plenário).

### **Capacidade técnico-profissional**

Na presente licitação:

( ☒ ) SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

Para o cargo de Engenheiro civil/mecânico ou Arquiteto: serviços de responsável técnico de obras de engenharia civil;

( ☒ ) SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:



A exigência de comprovação de quantitativos mínimos em sede de qualificação técnico-profissional fundamenta-se no Art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, sendo indispensável para garantir que o profissional responsável pela direção da obra possua experiência prática compatível com a escala e a complexidade do objeto licitado.

A construção dos ginásios poliesportivos nos campi Jarú e Guajará-Mirim envolve parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, destacando-se a execução de fundações e estruturas de concreto armado, bem como a montagem de cobertura metálica em arco com vãos livres de grande porte. Dado que a área total de cada edificação é de aproximadamente 1.200 m², a fixação de quantitativos mínimos de experiência anterior em metros quadrados e/ou tipologia de estrutura é medida necessária para mitigar riscos de falhas estruturais, acidentes de trabalho e inexecução contratual.

Tal exigência visa assegurar que a equipe técnica detenha o domínio de métodos construtivos específicos para recintos de aglomeração pública, em que a precisão no dimensionamento e na montagem de elementos metálicos é crítica para a estabilidade do conjunto. A definição desses quantitativos observará os limites da razoabilidade e proporcionalidade, abstendo-se de exigir quantidades superiores a 50% (cinquenta por cento) do previsto para a execução, conforme as orientações consolidadas pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), garantindo-se assim o caráter competitivo do certame e a segurança da infraestrutura institucional do IFRO.

Os quantitativos mínimos a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, por cada profissional, estão abaixo elencados:

Para o cargo de Engenheiro civil/mecânico ou Arquiteto: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados, para os serviços de:

- Execução de Estruturas Metálicas para cobertura - 12.860,40 kg;

### **Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico**


Na presente licitação, SERÁ exigida a indicação de pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

- Atestado de capacidade técnica;
- Responsável técnico por estruturas (fundações, superestruturas e estruturas metálicas)



## 15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será (x) FACULTATIVA, e o licitante ( x ) PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

Pois, segundo a Lei n. 14.133, de 2021 em seu art. 63 § 2º, de  a que o edital de licitação sempre deverá prever a possibilidade de substituição da vistoria, a declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

## 16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado ( x ) ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e **justificativas** técnicas:

A admissão da subcontratação parcial fundamenta-se no Art. 122 da Lei nº 14.133/2021 e nos princípios da especialização e eficiência administrativa. O objeto da presente licitação — a construção de dois ginásios poliesportivos de aproximadamente 1.200 m² cada — compreende etapas de naturezas distintas e alta especificidade técnica, notadamente a fabricação e montagem de cobertura metálica em arco e sistemas de instalações especiais.

A justificativa para tal permissão repousa nos seguintes pontos:

Aproveitamento de Especialidades: na indústria da construção civil, é prática comum e economicamente eficiente que a contratada principal subcontrate etapas específicas (como a estrutura metálica ou sistemas de impermeabilização) a empresas que detêm maquinário e pessoal especializado, garantindo uma execução tecnicamente mais satisfatória do que se realizada por equipe generalista.

Ampliação da Competitividade: ao permitir a subcontratação de parcelas acessórias ou específicas, a Administração amplia o universo de licitantes, permitindo que empresas com sólida capacidade de gestão de obras civis participem do certame, ainda que não possuam em seus quadros permanentes todos os equipamentos de nicho necessários para itens específicos da planilha.


Limites e Responsabilidades

As atividades que previamente estão autorizadas para subcontratação são:



- Estrutura Metálica;
- Estacas Hélice Contínua;
- Execução de Piso industrial.

Observação: Em caso de subcontratação, as empresas deverão comprovar ter experiência na execução dos serviços com quantidade igual ou superior à exigida em habilitação.

Ressalta-se que a subcontratação não exime a contratada,  de sua responsabilidade integral pela qualidade, segurança e prazos da obra perante o IFRO, permanecendo esta como a única interlocutora e responsável jurídica perante a Administração Pública.

## 17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de ( X ) CAPITAL MÍNIMO ou ( x ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte **justificativa** técnica:

A fixação do índice de 5% (cinco por cento) para o Patrimônio Líquido Mínimo fundamenta-se no Art. 69, § 4º da Lei nº 14.133/2021 e mostra-se essencial diante da modelagem da licitação por grupos e do regime de execução por eventograma de pagamento.

A justificativa para este percentual e modalidade de comprovação repousa nos seguintes pontos:

Riscos do Eventograma: O pagamento condicionado à entrega de etapas integrais (eventos) exige que a contratada aporte recursos vultosos antes de qualquer medição. A etapa de 'Estrutura Metálica', por exemplo, demanda um investimento inicial elevado em insumos e montagem. O capital ou PL de 5% garante que a empresa possui solidez para financiar o ciclo de execução sem interrupções por falta de liquidez.

Flexibilidade e Competitividade por Grupos: Ao dividir o objeto em dois grupos (Campi Jaru e Guajará-Mirim), a Administração já promove a ampla competitividade, permitindo que empresas regionais disputem itens isolados. A exigência de 5% de PL sobre o valor do grupo é um requisito de habilitação proporcional, que não impede a participação de empresas de médio porte.

Garantia em caso de Arremate Cumulativo: Caso uma única licitante vença ambos os grupos, a exigência cumulativa do PL assegura que ela possui saúde financeira para manter duas frentes de trabalho simultâneas e de alto custo operacional, evitando que o ganho de escala se torne um risco de inadimplência contratual por insuficiência de capital de giro.



Segurança da Infraestrutura Pública: O percentual adotado situa-se no 'meio-termo' legal (abaixo do limite de 10%), sendo a garantia mínima necessária para assegurar que o IFRO receberá as obras concluídas dentro do rigor técnico e cronograma esperados.

## 18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS



Na presente licitação, será

( ) PERMITIDA a participação de consórcios. *(Não é necessário justificar)*

( X ) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte **justificativa**:

A vedação à participação de empresas em consórcio fundamenta-se no Art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021 e nas diretrizes do Acórdão nº 1.165/2012 – Plenário do TCU, após análise da complexidade do objeto e do mercado local. A decisão de restringir a participação a empresas individuais justifica-se pelos seguintes fatores:

**Compatibilidade do Mercado:** O objeto licitado consiste na construção de ginásios poliesportivos com área de 1.200 m<sup>2</sup> e valor estimado de aproximadamente R\$ 5,2 milhões por grupo. Tais dimensões e valores são amplamente compatíveis com a capacidade técnica e operacional de inúmeras empresas do setor de construção civil que atuam individualmente na região, não havendo barreira técnica que exija a soma de esforços de duas ou mais empresas.

**Risco à Competitividade:** Segundo o entendimento do TCU, a admissão de consórcios em objetos de complexidade comum pode restringir a competitividade, uma vez que empresas que teriam plenas condições de disputar o certame isoladamente podem optar por se unir, reduzindo o número de propostas e elevando os preços ofertados.

**Dificuldade de Gestão e Riscos Contratuais:** A constituição de consórcios eleva a complexidade na gestão do contrato pelo IFRO, especialmente no que tange à solidariedade de obrigações e à repartição de responsabilidades técnicas. Dado o modelo de eventograma de pagamento, a execução depende de uma coordenação ágil e centralizada; a fragmentação de tarefas entre consorciadas poderia gerar atrasos e conflitos internos de gestão, prejudicando o cronograma da obra.

**Suficiência das Medidas de Habilitação:** As exigências de qualificação técnica e o percentual de Patrimônio Líquido (5%) fixados no edital já são suficientes para garantir a seleção de uma contratada sólida, tornando desnecessário o mecanismo de consórcio para fins de suporte financeiro ou técnico.





## 19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será ( X ) VEDADA ou ( ) PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte **justificativa**:



A vedação fundamenta-se na análise da natureza do objeto — construção de dois ginásios poliesportivos — e na sua incompatibilidade com o regime de trabalho cooperativado, conforme as diretrizes da Súmula nº 281 do TCU e do Parecer nº 00002/2023/DECOR/CGU/AGU. A restrição justifica-se pelos seguintes fatores:

**Necessidade de Subordinação Jurídica e Técnica:** A execução de obras de engenharia de grande porte (1.200 m<sup>2</sup>), envolvendo estruturas metálicas e fundações, exige uma cadeia de comando rígida e centralizada. O regime de execução demanda que o operário (pedreiro, servente, montador) esteja subordinado diretamente às ordens técnicas e disciplinares do Engenheiro Residente e do Mestre de Obras da contratada. Tal relação de subordinação é intrínseca ao mercado de construção civil e colide com o princípio da autonomia e autogestão dos cooperados.

**Habitualidade e Pessoalidade:** O cronograma físico-financeiro e o regime de eventograma de pagamento exigem a presença constante (habitualidade) e de profissionais específicos qualificados (pessoalidade) no canteiro de obras para garantir a continuidade das etapas. O sistema de 'rodízio', comum em cooperativas, comprometeria a segurança técnica e o cumprimento dos prazos contratuais do IFRO.

**Risco de Precarização e Responsabilidade Solidária:** Conforme o Termo de Conciliação Judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho, a administração deve se abster de contratar cooperativas quando o serviço exigir vínculo empregatício. A admissão de cooperativas em obras civis poderia caracterizar intermediação ilícita de mão de obra, atraindo riscos de responsabilização subsidiária/solidária do IFRO por encargos trabalhistas.

**Incompatibilidade com o Risco de Engenharia:** A responsabilidade civil e técnica por sinistros em obras de grande porte exige que a empresa contratada detenha o controle total sobre seus subordinados. A inexistência de vínculo empregatício entre a cooperativa e seus membros fragiliza a fiscalização e a segurança do trabalho em atividades de alto risco, como o içamento de estruturas metálicas.

Portanto, diante da impossibilidade de execução do objeto com autonomia coletiva e sem subordinação, a participação de cooperativas mostra-se inadequada para garantir a segurança e a eficiência da contratação.



## 20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será ( X ) EXIGIDA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte **justificativa**:



Na presente licitação, SERÁ EXIGIDA a prestação de garantia de execução no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, com base na seguinte justificativa técnica:

A exigência de garantia fundamenta-se no Art. 96 e Art. 98 da Lei nº 14.133/2021 e segue a orientação do TCU (Acórdão nº 3.126/2012 – Plenário), sendo necessária em razão da natureza e dos riscos envolvidos na construção dos ginásios poliesportivos nos campi Jaru e Guajará-Mirim. A decisão baseia-se nos seguintes pontos:

**Vulto Financeiro e Complexidade:** O investimento de R\$ 5,2 milhões em obras de infraestrutura educacional exige cautela administrativa. A garantia de 5% visa assegurar o ressarcimento à Administração em caso de multas, prejuízos causados por má execução ou necessidade de rescisão contratual.

**Risco do Eventograma e Inexecução:** Como o regime de pagamento é por etapas concluídas, a contratada assume um risco financeiro elevado. A garantia de execução funciona como um desestímulo ao abandono da obra (moral hazard), assegurando que o IFRO tenha recursos para cobrir os custos de uma nova contratação ou reparos emergenciais caso a empresa venha a falir ou desistir do objeto.

**Proporcionalidade:** O percentual de 5% é o patamar regulamentar que equilibra a proteção ao Erário sem onerar excessivamente o licitante, preservando a competitividade e o fluxo de caixa da futura contratada.

**Garantia Adicional (Cláusula de Barreira):** Ressalta-se que, em observância ao Art. 101 da Lei nº 14.133/2021, caso a proposta vencedora seja inferior a 85% do valor orçado (proposta com desconto acentuado), será obrigatoriamente exigida a garantia adicional equivalente à diferença entre 85% do valor orçado e o valor da proposta, como medida de segurança contra preços inexequíveis em obras de engenharia.

Por fim, admite-se que a contratada opte por qualquer uma das modalidades previstas no Art. 96, §1º (caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária), conferindo flexibilidade ao particular.



## 21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:



( X ) definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

( X ) verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

( X ) verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

( X ) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Nesta licitação, o órgão assessorado entendeu que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, sob a seguinte justificativa:

A promoção do desenvolvimento nacional sustentável foi integrada de forma transversal ao planejamento das obras dos ginásios poliesportivos dos campi Jaru e Guajará-Mirim, em estrita observância aos Arts. 5º, 11 e 45 da Lei nº 14.133/2021. As especificações técnicas do objeto priorizam a eficiência de recursos e a redução de impactos ambientais por meio das seguintes diretrizes:

**Ecoeficiência Arquitetônica:** O projeto de cobertura metálica em arco foi concebido para favorecer a iluminação natural e a ventilação cruzada, minimizando a dependência de sistemas artificiais de climatização e iluminação durante o período diurno, atendendo ao requisito de baixo consumo de energia;

**Gestão de Recursos Hídricos:** A especificação de metais e louças sanitárias para as áreas de vestiários e banheiros prevê a utilização de dispositivos economizadores para a racionalização do uso da água;



Gestão de Resíduos: A contratada será obrigada a executar um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRS), em conformidade com a Lei nº 12.305/2010, garantindo a destinação ambientalmente adequada e a priorização de materiais recicláveis;

Acessibilidade Universal: O projeto atende integralmente à NBR 9050, ao Decreto nº 6.949/2009 e à Lei nº 13.146/2015, garantindo desenho universal em toda a área de 1.200 m<sup>2</sup>, incluindo rampas de acesso, sanitários adaptados e sinalização t



Tais exigências estão plenamente alinhadas ao Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) do IFRO. Entende-se que os critérios adotados não restringem indevidamente a competição, uma vez que refletem padrões normativos e práticas consolidadas no mercado de engenharia civil contemporâneo, sendo indispensáveis para a responsabilidade socioambiental e a longevidade da infraestrutura institucional.



Documento assinado digitalmente

PAULO GUSTAVO BATISTA TEIXEIRA

Data: 02/04/2026 19:30:35-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

